



Ano 04 Vol. 06 Outono 2004

**CENTRO REGIONAL DE CULTURA - CEREC
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS - FACESM**

1. Administração de Empresas
2. Ciências Econômicas
3. Ciências Contábeis
4. Pós-Graduação Lato Sensu em Ciências Gerenciais

MISSÃO

Servir de instrumento para a difusão de artigos acadêmicos e temas ligados às Ciências Sociais Aplicadas de professores, alunos e outros investigadores comprometidos com o desenvolvimento, tecnologia e gestão de negócios regionais os quais tragam novas idéias para estimular o hábito da leitura científica, subsidiar atividades de pesquisas e ações administrativas em organizações públicas ou privadas mantendo o ensino da instituição FACESM em alto conceito junto à sociedade.

REVISTA CERECFacesm: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE NEGÓCIOS REGIONAIS

MANTENEDOR: CENTRO REGIONAL DE CULTURA – CEREC
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS - FACESM
ITAJUBÁ – MG

ISSN: 1676-2312

CIRCULAÇÃO SEMESTRAL: PRIMAVERA / OUTONO

TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO: PERMUTA, ASSINATURA e VENDA AVULSA

SELEÇÃO DOS ARTIGOS: BLIND REVIEW COM 02 AVALIADORES

ASSINATURA ANUAL R\$ 20,00; NÚMERO AVULSO R\$ 20,00 em bancas ou e-mail

ARTIGOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES SERÃO ACEITOS OBSERVADAS AS LINHAS DE PESQUISAS DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA FACESM.

1. ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
2. ECONOMIA
3. CONTÁBIL
4. PÓS-GRADUAÇÃO: CIÊNCIAS GERENCIAIS

CENTRO REGIONAL DE CULTURA – CEREC ITAJUBÁ - MG

É responsável perante as autoridades públicas e ao público em geral, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e do Regimento Interno, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS – FACESM**Missão:**

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SUL DE MINAS, tendo o Homem como foco maior. Como lema de um propósito, caracterizador de sua missão de ser da FACESM, pois a educação implica em libertação e libertação se constitui na base do desenvolvimento.

Princípios:

- Indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Qualidade de seu “fazer educacional”;
- Regionalidade de sua atuação institucional.

Finalidades:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e o pensamento reflexivo;
- Promover o estudo sistemático dos problemas do mundo presente, quer internacionais, nacionais e regionais;
- Promover o trabalho de pesquisa e de iniciação científica;
- Desenvolver a extensão aberta à comunidade, visando à difusão das conquistas científicas e tecnológicas, geradas internamente; e
- Formar profissionais, docentes e pesquisadores, aptos para o exercício de funções capazes de alavancar o desenvolvimento regional.

Centro Regional de Cultura - CEREC

Presidente: José Mauro Ferraz

Vice - Presidente: Celiana Maria D. Dastre

Secretaria Geral: Hector Gustavo Arango

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas - FACESM

Diretor Geral: Guilherme Garnett

Diretor de Ensino: José Carlos Rodrigues

Assessores Pedagógicos: José Adolar e Leila Rubinsztajn Direzenchi

Secretária Geral: Maria de Lourdes Damásio Silva

Coordenadoria de Cursos de Graduação:

Economia: José Carlos Rodrigues

Administração: Jesus Salvador Filho

Contábil: José Francisco Nogueira de Paiva

Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Empresarial - GPDE

Ronaldo Sales Abranches

Instituto de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão - INPPEX

Coordenadoria de pós-Graduação e Extensão: Marcelo Lacerda Rezende

Coordenadoria de Pesquisa Científica: Hector Gustavo Arango

Coordenadorias de Departamentos:

Patrimônio e Obras: José Mauro Ferraz

Relacionamento com Alunos: Celiana Maria D. Dastre

Desenvolvimento e Promoção: Maurílio Gomes de Magalhães

Projetos Especiais : Alceu Antônio da Costa

Assessoria Jurídica: José Antônio Ribeiro Gomes

Centro de Processamento de Dados: Ricardo Luiz Abelha

Biblioteca: Karla Sinara

INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - INPPEX

Pós-Graduação em LATO SENSU:

MBA-Master Business Administration

Gestão Empresarial e Negócios

Gestão Empresarial e Negócios em Serviços em Saúde

Especialização em Comércio Exterior

Aperfeiçoamento em Controladoria - in company

Parcerias

Incubadora de base tecnológica de Itajubá Tecnópolis – INCIT

Centro Gerador de Empresas de Itajubá Tecnópolis - CEGEIT

Participações:

Fórum das Instituições de Ensino Superior Privado - FIESPI

Conselho Municipal de Turismo – COMTUR

Conselho de Desenvolvimento de Itajubá – CODIT

Associação Comercial, Industrial, Comercial e Turismo – ACIEI

Grupo de Representação Política de Itajubá – GERPI

Rota Tecnológica 459

REVISTA

CERECFacesm

Desenvolvimento e Gestão de Negócios Regionais

Início de Circulação : Primavera de 2001

Ano : 04 vol.: 06 período: Outono ano: 2004

Projeto Qualis – CAPES/MEC 2004 Eng.III, C, Nacional e Eng. IV, A, Local

Editor: Alceu Antônio da Costa

Corpo Editorial:

Hector Gustavo Arango
José Carlos Rodrigues
Jesus Salvador Filho
José Francisco Nogueira de Paiva
Marcelo Lacerda Rezende

Conselho Editorial:

Pedro Jorge Braumann – IPL/PT
Antonio César Amaru Maximiniano – USP
Marco Antonio Sandoval Vasconcellos – USP
Margarida Krolling Kunsch - USP
César R.S. Bolaño – UFS
Alain Herscovici - UFES
Carlos Sidnei Coutinho – UFMG
Ivan Carlos Peleias – FECAP
José Marques de Melo - UNESCO
Maria Aparecida Sanches Coelho – UNIVERSITAS
José Abel Royo dos Santos – FACESM
Roberval R. S. Carvalho – FACESM
Carlos Eduardo Sanches – UNIFEI
João Batista Turrioni – UNIFEI
Edson de Oliveira Pamplona – UNIFEI
Paulo Roberto Labegalini – UNIFEI
Sdnei de Brito Alves – UNIFEI
Paulo Sizuo Waki - UNIFEI

Endereço: CERECFacesm
Av. Pres. Tancredo de Almeida Neves, 45
CEP: 37504-066 CP: 499 Itajubá-MG
E-mail: cpe@facesm.br
Tel.: (35) 3623-2233 Fax: (35) 3623-2577
Site para acesso on line de artigos publicados: www.facesm.br

Capa: Obra “Notícias” - Annelise Fuchs
Editoração: Arquet Design - Itajubá-MG
Impressão: Gráfica Novo Mundo - São Lourenço-MG
Revisão: Rosemary de Paula Fernandes

EDITORIAL

A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas- FACESM completará 40 anos em 25/03/2004.

Uma instituição privada de ensino superior, sem fins lucrativos, com aproximadamente 800 alunos, para que sua Missão seja cumprida, oferece os cursos de graduação em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pós-graduação Lato Sensu e mantém um Departamento de Pesquisa Científica com doutores e mestres em regime de dedicação acadêmica em tempo total e parcial, o Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Empresarial com 08 Núcleos envolvidos em Projeto Sociais e a Revista Acadêmica.

Em 2003, a Revista participou do julgamento de periódicos científicos do Projeto Qualis da Capes/MEC recebendo uma avaliação que muito honra a instituição e cria novos desafios na busca da excelência editorial. Aos articulistas, Conselheiros, Centro Regional de Cultura e Leitores o nosso agradecimento.

A capa homenageia a artista Annelise Fuchs - Obra "Notícias" em pintura acrílica mista que expõe no Espaço Cultural Luis Teixeira em Itajubá - MG.

A revista se consolida no exterior atraindo artigos internacionais além dos articulistas de todo o Brasil.

O foco desta edição se direciona para os cenários econômicos onde os empresários regionais possam planejar seus negócios e preparar-se para as mudanças necessárias que virão.

A FACESM estará oferecendo um curso de especialização em Comércio Exterior no início de março de 2005.

Aguardamos novos artigos para comemorar, com edição especial, os 40 anos de FACESM.

Obrigado,

Alceu A.da Costa – editor

■ARTIGOS

ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: UMA APLICAÇÃO DO LIVRE COMÉRCIO E DA CIRCULAÇÃO PROGRESSIVA DE CAPITALS _____	13
Jean-Claude CASTAGNOS e Michel LE BERRE	

MODELOS CONTÁBEIS E LUCRATIVIDADE _____	27
Antonio Lopes de Sá	

A INTERFERÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EMPRESAS E O RISCO CAMBIAL : um estudo sobre o comportamento de empresas sediadas no Brasil no período 2001-2002 _____	47
Héctor Gustavo Arango, Adriano Dias de Carvalho e José Marques da Cruz	

O TURISMO RURAL NÃO É PROBLEMA NEM SOLUÇÃO, APENAS OPÇÃO PARA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA PARA O MEIO RURAL _____	55
Carlos Eduardo Oliveira Bovo	

■PALESTRA

ANÁLISE MACROECONÔMICA E ANÁLISE SETORIAL: Cenários para o crescimento do PIB. _____	69
Glauco Rodrigues Carvalho	

■NOTÍCIAS

CARTA DE ARAXÁ - 6º Fórum Mineiro de Turismo Rural – Araxá/MG, 2004 _____	79
MANUAL DE COMÉRCIO EXTERIOR - MRE/FIPE _____	81

■RESENHAS

SINTAXE DA LINGUAGEM VISUAL _____	89
Donis A Dondis	
MARKETING EDUCACIONAL _____	91
Marcos Cobra e Ryon Braga	

ARTIGOS

ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: UMA APLICAÇÃO DO LIVRE COMÉRCIO E DA CIRCULAÇÃO PROGRESSIVA DE CAPITAIS

Jean-Claude CASTAGNOS*

Michel LE BERRE**

Résumé

Dans l'entreprise, les partisans de l'internationalisation (investissements directs à l'étranger) entretiennent volontiers une confusion avec le thème de la mondialisation de l'économie à laquelle aucun pays ne peut échapper sans encourir le risque d'être à la traîne du développement économique. Mais, à partir de cette fausse synonymie, les impératifs de la première stratégie (l'internationalisation) sont accolés à la deuxième orientation (la mondialisation). Les appels à la déréglementation, notamment les injonctions en faveur de la libre circulation des capitaux (liberté des courants financiers), sont présentés comme une nécessité absolue, une condition inévitable pour que se propage à l'ensemble des peuples la dynamique de l'innovation et du progrès technique. Ainsi, le manque de sens ou de décence conduit à réclamer avec obstination une ouverture rapide et totale des frontières des pays économiquement moins développés et de ceux en phase de transition. L'objet de cette communication est d'expliquer la légèreté des fondements scientifiques à l'origine d'une telle prescription. La mondialisation peut être un outil au service de l'amélioration de la condition humaine mais dans le cadre d'une libéralisation progressive privilégiant, d'une part, les échanges de biens et de services, d'autre part, donnant la primauté aux regroupements régionaux et non pas internationaux. En d'autres mots, l'urgence est de corriger des règles du jeu actuellement falsifiées et de mettre en place les conditions favorables au développement à l'international des entreprises sans investissement direct à l'étranger. C'est grâce à une telle progressivité dans l'ouverture des frontières que les entreprises du Japon et l'Europe se sont développées.

Resumo

Na empresa, os partidários da internacionalização (investimentos diretos no exterior) geram voluntariamente uma confusão deste termo com o termo mundialização da economia, fenômeno ao qual nenhum país pode escapar sem correr o risco de ficar em

* Jean-Claude CASTAGNOS

Orientador de Pesquisas do cnrs

Centre d'Etudes et de Recherches Appliquées à la Gestion (cerag)

Université Pierre Mendès France, Grenoble

** Michel LE BERRE

Professor Universitário

Centre d'Etudes et de Recherches Appliquées à la Gestion (cerag)

Université Pierre Mendès France, Grenoble

Recebido: 1º semestre 2004

atraso no desenvolvimento econômico. Contudo, a partir deste falso sinônimo, os imperativos da primeira estratégia (internacionalização) estão ligados à segunda orientação (mundialização). Os apelos à desregulamentação, em especial as injunções em favor da livre circulação dos capitais (liberdade de correntes financeiras), são apresentados como uma necessidade absoluta, uma condição inevitável para que se propague a todos os povos a dinâmica da inovação e do progresso técnico. Assim, a falta de senso ou de decência conduz a pedir com obstinação uma abertura rápida e total das fronteiras dos países economicamente menos desenvolvidos e daqueles em fase de transição. O objeto deste artigo é explicar a leveza dos fundamentos científicos na origem de uma tal prescrição. A mundialização pode ser uma ferramenta a serviço da melhoria da condição humana, mas no caso de uma liberalização progressiva privilegiando, de um lado, a troca de bens e serviços e, de outro, dando prioridade aos grupos regionais e não internacionais. Em outras palavras, a urgência é de corrigir as regras do jogo atualmente falsificadas e colocar em prática condições favoráveis ao desenvolvimento internacional das empresas sem investimentos diretos no exterior. Foi graças a uma tal progressividade na abertura das fronteiras que as empresas do Japão e da Europa foram desenvolvidas.

Palavras Chave : mundialização da economia, desregulamentação, desenvolvimento internacional, investimentos externos diretos.

O gerenciamento ensina que a distinção entre as estratégias nacionais e internacionais se opera a partir do critério de localização dos investimentos realizados e não à luz da proporção do faturamento consolidado obtido nos mercados estrangeiros. De fato, a internacionalização (ou globalização) consiste em internalizar ou externalizar os meios de produção: homens, capital, técnica. A mundialização da economia é uma expressão que designa os movimentos de produtos e serviços. Qual seja o modo de crescimento utilizado, a estratégia da empresa pode ser conduzida em território nacional ou estrangeiro com, segundo as necessidades da análise ou da firma, uma possibilidade de declinar nestes dois espaços econômicos :

- em zonas locais, departamentais ou regionais, para a estratégia nacional;
- em grandes zonas geográficas (União Européia, Associação des Nações do Sudeste da Ásia, etc.), por país, grupos de países com afinidades particulares (idioma, religião, laços históricos, etc.), para a estratégia internacional.

Além disso, as estratégias nacionais e internacionais de crescimento têm um ponto em comum: as partes integrantes à operação podem ser de mesma nacionalidade ou proceder de uma combinação de estrangeiros e nacionais (empresa brasileira operando no Brasil ou no exterior, firma brasileira e estrangeira implantada ao Brasil ou no resto do mundo, que tenham um quadro de funcionários formado por pessoas do país de acolhida ou por expatriados). Em outros termos, as estratégias nacionais de crescimento que nos países desenvolvidos representam cerca da metade das operações, não constituem um registro menor de desenvolvimento, não mais que um testemunho da retração sobre as fronteiras.

Paralelamente à preocupação em saber se a operação de crescimento desejada é rentável, ninguém ignora, enfim, a importância que deve-se atribuir ao estudo do ambiente econômico e institucional antes de finalizar a estratégia de crescimento. Deste ponto de vista, a situação é inquietante. Os países industrializados totalizam cerca de 95% do fluxo de saída dos investimentos diretos no exterior (IDE) e cerca de 80% dos fluxos de entrada. Uma centena de multinacionais dentre as 35000 existentes controlam um terço do estoque do IDE mundial.

Ao mesmo tempo, um homem dentre cinco vive no planeta com menos de um dólar por dia (mais de 1,2 bilhões de pessoas) e um dentre sete sofre de fome crônica. A origem destas situações se dá devido à acentuação da grande distância tanto entre países ricos e pobres como entre indivíduos. Como está relatado em um documento do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2000), *o PIB por habitante do quarto mais rico da população mundial sextuplicou, enquanto o quarto mais pobre nem chegou a triplicar*. Esta declaração que emana de um efeito da mundialização deverá incitar as empresas, em particular aquelas pertencentes aos países chamados «em transição» (Europa Central, Rússia, etc.) e em «desenvolvimento» (China, Índia, Brasil, etc.), à refletirem sobre a complementaridade dos dois grandes registros genéricos de desenvolvimento (nacional e internacional). É após este exame das modalidades e dos efeitos da liberalização crescente da economia mundial, que as empresas buscam reforçar a interdependência de suas estruturas, seja pelo crescimento dos fluxos de trocas (exportações, importações), seja pelo recurso às técnicas de externalização de atividades, que irão mostrar os requisitos necessários, assim como as vantagens e inconvenientes associados a elas.

1 – As regras falsificadas do jogo

Existem distorções entre o quadro efetivo das relações econômicas internacionais e os princípios supostos a fornecer condições coerentes e propícias à internacionalização das empresas. As entorses mutiladoras da concorrência são numerosas.

1.1 – As distorções da concorrência imputadas ao dólar

O mundo se acomoda a uma posição híbrida do dólar, que exerce um papel de divisa chave no sistema monetário internacional e introduz, no próprio sistema, um viés na competição econômica. Seu papel híbrido de meio de pagamento nacional e internacional, reforçado por um sistema de câmbio variável à fortes amplitudes, altera gravemente a competição econômica.

As desordens ligadas à ausência de fixação dos cambios

Lembremos que o curso de troca é neutro (não há modificação oportunista das correntes comerciais) se as variações ao redor da taxa de base, refletindo os termos de troca entre os países agrupados dois a dois (poder respectivo de compra de duas moe-

das), a um dado momento, não superam $\pm 5\%$. Além desta margem de flutuações as mudanças de paridade incitam ou dissuadem artificialmente os fluxos de mercadorias e os movimentos de capitais. Por exemplo, uma empresa que possui um estoque excessivo de produtos importados e que presencia a depreciação da unidade monetária de seu país, se verá anormalmente recompensada por sua má gestão, enquanto um concorrente nacional será finalmente sancionado pela boa gestão de seus estoques. Da mesma forma, a empresa que estabelece fortemente sua estratégia de crescimento baseada no desenvolvimento internacional ao preço de uma vigilância drástica de seus custos de produção será penalizada se ao momento do regulamento a moeda nacional seja valorizada, ou recompensada se entre a entrega e o pagamento a moeda do país seja depreciada. Enfim, um número grande de empresas financiam seu crescimento econômico recorrendo à empréstimos no exterior. Um sistema de câmbios flutuantes altera a previsibilidade de reembolso das dívidas contraídas.

Em resumo, elogiar os méritos da internacionalização realizada a partir de um sistema de câmbios flutuantes, significa introduzir uma grave irracionalidade no processo suposto à impulsionar, graças à concorrência e à divisão do trabalho, uma melhoria do nível de vida da população mundial como um todo. De fato, o objetivo e a realização ostentados são parcialmente deturpados pelo caráter então inoperante dos mecanismos espontâneos de reequilíbrio econômico. As moedas fortes impõem, sem declarar, às suas empresas residentes, uma procura permanente de melhoria de sua competitividade, e as moedas fracas dissimulam os empresários atingidos, sendo as deteriorações de posição relativas à tomada de consciência frequentemente brutais. O fracasso da Argentina constitui um exemplo gritante.

As desordens imputadas ao papel do dólar

O dólar desempenha, de fato, o papel de divisa chave nas trocas internacionais. Esta superposição de papéis monetários (nacional e internacional) não fica isenta de consequências. As modificações de paridades (tanto quanto à alta como à queda) se opera com mais frequência em benefício dos EUA.

Assim, uma forte alta do dólar provoca um afluxo massivo de produtos aos Estados Unidos, que as empresas competitivas fornecem a preços irrisórios. As exportações americanas são paralelamente travadas e o nível de consumo interno é dopado artificialmente. Ao mesmo tempo, os capitais são drenados para os Estados Unidos ao detrimento das necessidades de financiamento dos outros países. Um dólar superavaliado é igualmente propício aos investimentos norte americanos no mundo, ou mesmo à pilhagem tecnológica das outras nações (cf. o exemplo da dominação da sociedade americana TPG sobre a empresa francesa *Gem Plus*, antigamente lider no domínio do cartão magnético). Inversamente, toda a forte queda da amplitude do dólar provoca um crescimento do nível de emprego e atividade americanos. Ela gera um fluxo massivo de exportações que transfere dificuldades às outras nações.

Os Estados Unidos representam a única nação que, em razão do privilégio de pagar na sua própria moeda (não há incitação maior em equilibrar sua balança de pagamentos), goza do privilégio de comprar a crédito. Segundo o FMI (2002), a dívida total dos Estados Unidos atinge atualmente cerca de 2300 bilhões de dólares. Se a tendência prosseguir, o montante desta dívida poderá dobrar, daqui a 2007, passando a representar cerca de 40% do PIB deste país. Tudo se passa como se ao fim da competição econômica dos Estados Unidos com o resto do mundo, os ganhadores restituíssem seus ganhos aos perdedores. Os processos de reequilíbrio interno (produção nacional = despesa nacional) e externo (compensação entre balança de bens e de capitais) tornam-se inoperantes por esta aceitação ambígua de uma dupla função dos fatos atribuída ao dólar. Na época em que o ouro exercia o papel de padrão monetário internacional sob a égide da Grã-Bretanha, a posição externa deste país era excedente. Ano bom, ano ruim, os Estados Unidos drenam em capital, nos mercados externos, um bilhão de dólares por dia para reequilibrar sua balança de base sob o risco de deslanchar um cenário catastrófico.

1.2 – As distorções resultantes do dogma da livre circulação mundial de capitais

O princípio da livre circulação mundial de capitais (efetiva em um número limitado de países) introduz uma instabilidade crônica na posição relativa dos povos (Castagnos, 1995). Os teóricos liberais exaltaram as vantagens do comércio internacional para todos os parceiros que aceitam o jogo do livre comércio. Mas eles visam uma mobilidade de produtos e não dos fatores de produção. De fato, os grandes precursores da economia política clássica mostraram que a concorrência e o comércio internacional, livres de proibição, provocam movimentos de especialização ao centro de cada país em razão das diferenças de custos mundiais devidos à abundância ou à carência relativa à cada fator da produção entre as entidades nacionais. A exploração desta dotação ilegal de recursos produtivos é então considerada favorável a todas partes presentes (empresas, mão de obra, consumidores). A dado poder de compra, os habitantes dos países concernidos pela liberalização são recíproca e espontaneamente levados à adquirir uma maior quantidade de bens (pois os preços desses diminuem) e, a partir deste único fato, o volume de produção aumenta simultaneamente em todos os países adeptos das trocas internacionais especializadas. Os partidários do livre comércio garantiam por conseguinte a ausência de mobilidade dos fatores de produção de uma especialização que a tornava inútil. Com efeito, uma tendência à igualdade da prosperidade auto-mantida por um processo de redução de disparidades entre as unidades estruturadas em conjuntos nacionais deveria fornecer uma representação correta da economia mundial.

Dado que uma lógica econômica de integração entra em competição com o fracionamento político do planeta, a legitimidade da ausência de entraves às trocas internacionais está sujeita à revisão. De fato, as grandes firmas são governadas por uma dialética de mobilidade de fatores de produção e de trocas intra firmas a fim de gerar vantagens absolutas de competitividade (transferência massiva de capitais e tecnologia ao serviço de estratégias de localização otimizadas). Esta dinâmica é frequentemente paradoxal em

relação às condições de bem estar das coletividades humanas cujo destino está fortemente regido pelo fato de pertencerem às comunidades soberanas que se encontram em fases de desenvolvimento em níveis bastante diferentes.

Esta mudança da natureza das trocas internacionais está fortemente impulsionada. Os fluxos de investimento direto ao exterior aumentam por ano mais que 30%, contra 15% para as trocas de mercadorias. Os grandes grupos se encontram na origem do fenômeno. Assim, a produção das multinacionais no exterior é cinco vezes maior que as exportações que elas realizam a partir dos Estados Unidos. Não se pode impedir de se colocar a questão se esta comutação progressiva de movimentos de mercadorias em proveito de uma estratégia de globalização da economia mundial não comporta seus próprios limites. Desta forma, a taxa anual média de crescimento do PIB mundial expressa em volume permaneceu em 2,8% de 1950 à 1973 e em 1,3% de 1974 à 2000. Sem dúvida as causas originárias do declínio da taxa de crescimento são numerosas, sendo que a globalização ocupa provavelmente um lugar dentre elas.

Enfim, a dinâmica mundial baseada na circulação de capitais é essencialmente unilateral. O essencial nos movimentos de aquisição no exterior é o fato que a sede das empresas é situada em países desenvolvidos economicamente. Liberalização e desregulamentação otimizam a rentabilidade dos investimentos realizados graças aos benefícios dos efeitos de experiência acumulados, às economias de dimensão correlacionadas ao alargamento do tamanho dos mercados, aos diferenciais mundiais de custos de mão-de-obra, às diferenças de enquadramento jurídico das atividades (legislação social e fiscal). Quantas empresas cujo capital é majoritariamente detido por cidadãos de países menos desenvolvidos economicamente fazem parte deste processo de globalização?

1.3 – As distorções entre os níveis estruturais de desenvolvimento dos recursos humanos

Existe um contra-senso teórico que deixa crer que os teóricos do liberalismo preconizam a liberdade das trocas de forma igualitária tanto entre as economias concorrentes (níveis comparáveis de desenvolvimento) como entre economias complementares (estados de industrialização sensivelmente diferentes). As partes presentes são assim entregues aos « dumpings » sociais e se fecham em um processo de desvitalização de suas estruturas de produção antes que em mecanismos de ajustes mútuos de atividades (Castagnos, 1994).

Os assalariados das economias indústrias enfrentam uma situação crítica devido à oferta ilimitada de mão-de-obra dos países jovens (com fortes taxas de crescimento geográfico), o que mantém os salários a um nível muito baixo qual seja a importância das contratações. De modo que o nivelamento mundial do preço do fator trabalho de tais práticas reveste a forma de uma baixa durável dos rendimentos do trabalho nos países economicamente desenvolvidos e de uma superexploração da mão-de-obra dos países

pobres. Assim, é banal lembrar que apesar de um crescimento relativamente sustentado pela produção mundial ao longo da década precedente, a parte dos salários expressa em porcentagem do PIB mundial, diminuiu em quase todos os países. A distribuição do rendimento entre os países é mais desigual do que no início do século XX (Maddison, 2000).

As anomalias são igualmente perceptíveis em nível da dupla crescimento econômico/criação de emprego. O caso da Argentina ilustra bem a notícia dada. Após o início de um programa denominado “de estabilização e ajustamento estrutural”, a taxa de crescimento deste país permaneceu na média de 5,8% por ano entre 1991 e 1997. Ora a situação de emprego se deteriorou e a taxa de desemprego aumentou de 6,3% em 1991 para 15% em 1997, sendo de certa forma um preâmbulo do desmoronamento financeiro deste país. Segundo as estimativas do BIT (1998), mais de um terço da população ativa do planeta (cerca de um bilhão de pessoas) é desempregado ou subempregado.

Não se saberia, nessas condições, enfrentar a tendência, geral e durável, da baixa dos salários reais com uma relativa passividade dos assalariados. Em testemunho, a retração quase geral no mundo da taxa de sindicalização (BIT, 1998). Por exemplo, em relação à 1990, a taxa de sindicalização de 1995 diminuiu em 17,2% na Alemanha, em 27,7% no Reino Unido, em 37,2% na França, em 50,2% em Portugal; o recorde de baixa entre os países europeus se reporta à Espanha, com um decréscimo de 62,1%. Durante o mesmo período, nos países da América Latina em que as informações estão disponíveis, confirmam a tendência: baixa de 28,2% no México, de 29,8% em Cuba, de 42,6% na Argentina e na Venezuela, e de 43% na Costa Rica. A exarcebação da concorrência se dá então em um contexto social que vai da ausência de organização do serviço de defesa da mão-de-obra (caso da China) à uma desafeção cada vez mais evidente dessas instâncias de regulação social. Ou estas organizações instauradas sobre velhas estruturas antagonicas não souberam fazer evoluir suas doutrinas no sentido de uma reconstrução social (negociações profissionais, reformas brandas, etc.) e o desinteresse dos assalariados constitui na sanção de um posicionamento conjunto, ou o mundo do trabalho constata o fato que o conservadorismo e a divisão sindical em escala nacional se reforça de uma quase ineficácia do poder sindical em nível dos grupos regionais e, conseqüentemente, no plano mundial. Esta ausência de oposição do poder salarial é uma porta aberta à todas abnegações sociais (Le Berre e Castagnos, 2003). Não teria ela recentemente incitado um responsável da unidade de produção de uma empresa francesa especializada na fabricação de modelos menores de veículos automotivos cuja fabricação é fortemente deslocalizada à um país asiático, esclareceu oficialmente, que em caso de tensões ou reivindicações salariais excessivas, sua sociedade poderia em um tempo recorde deixar o país com todo o seu aparato industrial para destinações mais propícias à redução dos custos de produção (Vietnã, China, etc.)?

É uma visão fechada a dissimulação da passividade das populações face à abjudicação mundial e à queda do valor de trabalho como um fator estrutural favorável à internacionalização financeira das firmas. Desde que os homens comecem a ser educa-

dos, a ausência de melhoria significativa da qualidade de vida constitui mais cedo ou mais tarde uma causa séria de instabilidade.

2 – As modalidades de adesão progressiva à mundialização econômica

Corrigir as anomalias, precedentemente descritas, da atual mundialização é um primeiro imperativo. Esta condição constitui um precedente necessário mas não suficiente.

A palavra «mundialização» designa simultaneamente um fenômeno antigo e recente. Antigo logo que esta terminologia se reporta aos deslocamentos de mercadorias; e relativamente recente quando evoca a significação «investimentos diretos no exterior e movimentos mundiais de mão-de-obra». Por exemplo: foi somente a partir de 1985 que as empresas francesas tiveram um crescimento massivo de seus fluxos de investimento diretos no exterior, enquanto as trocas comerciais progrediram mais lentamente. Ao mesmo tempo, é comum ler-se que as dificuldades encontradas por vários países, sobretudo nos da América Latina durante os anos 70 e 80, ocorrem devido à escolha de um modelo de desenvolvimento mundial não autêntico, muito voltado para o interior, com um lote de efeitos perversos (inflação galopante, fraca modernização da máquina produtiva etc.). Assim resumido, o diagnóstico é bastante simplista.

Ao exemplo das teses macro-econômicas (não desmentidas pelos fatos) segundo as quais existem estágios cronológicos inevitáveis para a obtenção do desenvolvimento durável de uma nação (Rostow, 1963), as empresas não devem queimar etapas. Segundo W Rostow, toda sociedade passa por cinco fases: tradição, transição, decolagem (*take off*), maturidade e consumação intensiva. O problema do desenvolvimento se situa na terceira fase. A decolagem se dá graças a um forte aumento da taxa de investimento, originando uma dinâmica auto prolongada de crescimento.

Ao mesmo tempo, o ambiente institucional (o Estado, as organizações profissionais etc.) deve progressivamente criar condições propícias à livre empresa, promover uma orientação seletiva dos investimentos a favor dos setores industriais julgados como mais estratégicos em termos de repercussão econômica e garantir o respeito dos grandes equilíbrios econômicos.

2.1 – Uma concepção evolucionista das estratégias de crescimento internacional

Uma legítima desconfiança ao lugar ocupado da globalização

Em regra geral, as empresas originárias dos países economicamente menos desenvolvidos evoluem dentro de um contexto específico. Os empresários que manifestam o desejo de destinar uma parte de seu desenvolvimento sobre os mercados internacionais, devem considerar a existência de duas disposições legais.

A primeira, de reputação favorável, se refere às disposições que limitam as

importações (normas aduaneiras, restrições etc.). As empresas ficam parcialmente ao abrigo da concorrência internacional sobre os mercados nacionais. Adotar, de forma continuada, tal disposição é economicamente arriscado para a empresa. Este não é o caso dos liberais que postulam a periculosidade de um bloqueio artificial dos mecanismos de autorregulação (risco de inflação, déficit orçamentário, burocracia gestonária etc.).

A segunda, do tipo coercitivo, consiste em um controle de câmbio. Esses países buscam legitimamente limitar a fuga de capitais, indo em direção ao equilíbrio entre a poupança e o investimento nacionais. Em revanche, esses mesmos países multiplicam frequentemente as disposições legais próprias à suscitar as transferências internacionais de atividade em proveito de seu território (regulamentos para estrangeiros, zonas francas etc.).

Analisada passo a passo, esta mobilização aos investimentos diretos estrangeiros (globalização da economia) apresenta numerosos pontos fortes : utilização de vantagem competitiva resultante dos baixos custos de mão-de-obra, supressão do desemprego, oferta de novos bens de consumo ou de equipamentos nos mercados nacionais, aquisição de novas tecnologias et competências, etc. O benefício é tangível pois a legislação nacional impõe a presença de investidores nacionais no capital social da sociedade estrangeira recentemente criada. Este tipo de cenário é igualmente válido se o país não dispõe suficientemente de capitais para tirar proveito da exploração de suas matérias primas. Ademais, vista sobre este ângulo, a internacionalização da empresa reflete, essencialmente, uma globalização unilateral da economia. Essas práticas vêm, concretamente, a consagrar relações de dependência duráveis, sendo que as empresas dos países de acolhida não constituem mais do que longínquas e obscuras sucursais à margem das firmas pertencentes às nações ocidentais industrializadas. Sabendo que os países economicamente menos desenvolvidos não possuem muitos recursos para financiar o esforço de pesquisa, as empresas são praticamente forçadas, nessa conjuntura, a se beneficiarem com muito atraso das inovações vindas dos países do Norte. Os prejuízos de uma tal orientação são conhecidos: os progressos realizados são frequentemente dissipados por uma deterioração dos termos de comércio, expondo os países ao risco de um crescimento empobrecedor (Bhagwati,2000).

E então vital para as empresas e os habitantes dos países economicamente menos desenvolvidos de suprimir a confusão entre o livre comércio e a livre circulação de capitais. O primeiro termo, condicionado às reformulações apropriadas (redução progressiva dos entraves da troca de mercadorias, colaboração preferencial no quadro dos acordos regionais entre os países em situação comparável de desenvolvimento, efetivação de uniões aduaneiras) é próprio gerar um desenvolvimento durável. Em revanche, a livre circulação de capitais entre países e empresas, dependente de estados de desenvolvimento diferenciados, pode porém colocar em questão o resultado dos esforços consentidos. A alavanca dos movimentos financeiros é manejada com uma extrema circunspeção.

Não foi de um dia para o outro que a União Européia começou a criar as indústrias euro-globais em um espaço concorrencial interdependente em um mercado unificado. Este processo demandou muitas décadas. Nota-se, enfim, que as empresas japonesas e, em alguns casos, as européias, conseguiram ganhar a aposta da mundialização sem liberdade de movimento de capitais. Inversamente, as empresas argentinas e outras foram enterradas por esta mobilidade financeira tão facilmente concedida.

A estratégia de exploração comercial das vantagens comparativas

Sob reserva das concessões consideradas anteriormente (explorar unicamente à margem da lógica de integração), o interesse dos países economicamente menos desenvolvidos ou em fase de transição é de focalizar-se sobre as estratégias de crescimento baseada simultaneamente sobre os aumentos de parte do mercado nacional e internacional (exportação).

No entanto, a exportação é uma das quatro estratégias internacionais descritas por Porter (1986). Deste ponto de vista, não é inofensivo remarcar que as três outras categorias de estratégia descritas por este especialista (estratégia global pura, estratégia multi-doméstica, estratégia de forte investimento no exterior) não correspondem a nenhuma das possibilidades efetivas da grande maioria das empresas originárias dos países menos desenvolvidos. A exportação é uma estratégia genérica de desenvolvimento independente.

A figura seguinte descreve o conjunto das modalidades oferecidas às empresas para estabelecerem suas estratégias de crescimento. Deve-se observar, uma outra vez, que uma tal representação exaustiva é na realidade concebida dentro da perspectiva de uma empresa pertencente ao bloco dos países desenvolvidos. Isto é válido, por exemplo, para a notação relativa ao grau de risco político e financeiro incorrido. De fato, deve-se considerar, por exemplo, que uma empresa africana que se instala na Europa, se expõe a um grande perigo político? A pergunta dispensa resposta. Sob reserva, vê-se ainda que colocar em prática uma estratégia de crescimento nacional não é sinônimo de ausência de abertura ao comércio exterior. Entretanto, mais da metade das estratégias exploradas pelas empresas francesas depende ainda deste modelo de desenvolvimento.

Para os países economicamente menos desenvolvidos, as trocas comerciais constituem um excelente aprendizado à competição internacional. Esta fórmula apresenta várias vantagens:

- ela opera a favor das autoridades políticas pois esta configuração é criadora de empregos em território nacional;
- ela tira proveito dos diferenciais mundiais de custo de mão-de-obra;
- ela incita um processo contínuo de modernização da empresa na medida em que a confrontação à competição internacional impõe uma grande disciplina (controle de custos, qualidade, escolha do mercado alvo, pós-venda, via tecnológica, etc.),

- ela necessita geralmente de investimentos em solo nacional para satisfazer paralelamente a demanda nacional e/ou o(s) mercado(s) alvo exterior(es). Esta tendência facilita a obtenção da massa crítica e uma melhoria da competitividade pode ser ganho por um simples ganho de economias de escala,

- ela implica as PME/PMI no processo de mundialização. De fato, a passagem de um mercado nacional a um mercado externo não é mais incerta do que a passagem de um mercado local a um mercado nacional, sob a condição de se limitar preliminarmente às zonas geográficas próximas. Este é o caso de uma empresa que tem dificuldade em aumentar uma parte sobre o mercado nacional, sendo o interesse de exportação o de continuar a explorar suas competências diferenciais no quadro de uma expansão horizontal. Em um primeiro momento, a empresa considerada pode se contentar em criar um serviço de exportação estritamente ligado à função marketing e de remunerar, através de comissão, um simples agente importador que fará a prospecção dos compradores internacionais.

Tipologia de operações de empresas no exterior

		Produção no exterior						
		NÃO	SIM					
Investimento financeiro de gestão	-	NÃO	Duração	Risco	Investimentos diretos no exterior	Operações Comerciais sem investimento direto no exterior	Operações produtivas sem investimento direto no exterior	Aval de todas estratégias nacionais genéricas de desenvolvimento
						+	+	
						- Exportação de serviços	- Franquia	
						- Exportação de Know how (contratos de gestão, vendas de tecnologia)	- Contratos de fabricação	
						- Operações comerciais com investimento direto no exterior	- Operações produtivas com investimento direto no exterior	Verdadeira estratégia genérica internacional de crescimento
						- Filial de promoção de vendas	- Filial de montagem	
						- Filial de armazenamento	- Filial de produção	
						- Filial de serviços		

Fonte: matriz fortemente inspirada por A. Desreumeaux (1993), p. 300

- ela constitui, em um termo mais abrangente, num trampolim para a transferência de algumas etapas da cadeia de produção no exterior dentro de um quadro político de terceirização internacional, a jusante ou a montante;

- ela é compatível com uma estratégia de crescimento conjunto, particularmente útil por empresas implantadas em zonas geográficas economicamente menos avançadas. De fato, o crescimento conjunto é um meio de entrar ou de se adaptar aos ambientes marcados por inovações rápidas ou que requerem importantes competências organizacionais (Teece, 1992). Toda a pessoa que tem experiência na formação completa de uma rede de produção e distribuição no exterior, conhece o peso jurídico e financeiro da operação. Graças a esta modalidade de crescimento, os custos de acesso aos mercados-alvo diminuem (divisão de encargos, principalmente de custos fixos) mas, sobretudo, a superação das barreiras de entrada é facilitada sensivelmente. Naturalmente, a probabilidade de sucesso do crescimento conjunto é condicionada por um grande cuidado e atenção. As responsabilidades de gestão devem ser igualmente distribuídas e deve existir uma cultura comum entre as partes, isto é compartilhada;

- ela pode se conjugar com uma dose de externalização de capitais (ex : criação de uma entidade de distribuição ou de serviço após venda).

A pertinência de uma tal orientação da estratégia de desenvolvimento das empresas dos países economicamente menos desenvolvidos não é suficiente para garantir o sucesso. Em primeiro lugar, a comunidade internacional deve corrigir as disfunções destacadas na primeira parte deste artigo. Em segundo lugar, as empresas e o Governo a que pertencem devem seriamente reforçar as medidas de acompanhamento.

2.2 – As medidas de acompanhamento para um desenvolvimento durável

O tamanho limitado deste documento não permite detalhar e desenvolver explicações sobre o conjunto de medidas a serem tomadas para que as empresas atinjam o resultado esperado. Em resumo, destaca-se a necessidade:

- de colocar em prática as reformas estruturais para suscitar a concorrência no território nacional;

- de não recorrer à empréstimos externos a não ser no caso de desenvolvimento, se necessário, da infraestrutura econômica do país;

- de assegurar, o máximo possível, os grandes equilíbrios econômicos (equilíbrios do orçamento do Estado e da balança de pagamentos) para estabilizar o poder de compra da moeda e para não agravar a situação da poupança nacional;

- de desenvolver a educação e, em prioridade, a formação profissional sem a qual torna-se difícil o crescimento da produtividade nos processos de fabricação complexa;

- de orquestrar uma redistribuição equilibrada dos ganhos de competitividade de maneira a aumentar o poder de compra dos assalariados;

- de estimular a inovação profissional, o espírito de iniciativa e a vontade de empreender;

- de desenvolver a vigília estratégica.

Nos países economicamente desenvolvidos, os atores públicos (administrações, embaixadas, etc.) e privados (organização patronal, Câmaras de Comércio e Indústria,

etc.) são cada vez mais mobilizados à levantar e reunir informações setoriais, político econômicas, financeiras, sobre as atividades e estratégias de seus concorrentes estrangeiros. Os jantares de negócio de gerentes, empresários, personalidades de várias ordens (homens políticos, funcionários de alto escalão, etc.) são um dos lugares onde se operam as trocas informais. O posicionamento das empresas concorrentes, do governo e a ação dos organismos multilaterais devem também ser colocados em vigília.

Por exemplo, um estudo da Câmara de Comércio e Indústria de Paris (2002), mostrou a fragilidade do *lobbying* francês em relação à União Européia. Dentre os 125 escritórios de advogados em Bruxelas, somente cinco são franceses. Os Estados Unidos e o Reino Unido que possuem respectivamente 24 e 28 escritórios marcam a supremacia desses países. Da mesma forma, os escritórios de representação das associações profissionais e de comércio em Bruxelas revelam a mesma fragilidade da França (9 escritórios em um total de 117). No que tange de ser informado sobre os projetos europeus, de exercer uma influência sobre a regulamentação coletiva em matéria de normas ambientais, de negócios sociais, de ensino e formação, de saúde e de segurança alimentar ou de beneficiar dos fundos alocados no quadro dos programas europeus (divisão dos fundos estruturais por país membro), a França é mal posicionada. Em se fazendo abstração da Política Agrícola Comum (PAC), observa-se que esse país contribui com o orçamento europeu com 16,7%, recupera 7,5% dos fundos designados (sendo um diferencial de 9,2% em desvantagem) sobre os objetivos ditos "1,2,3": promoção do desenvolvimento e ajuste estrutural das regiões em atraso de desenvolvimento, reconversão econômica e social das regiões em dificuldade estrutural e, desenvolvimento dos recursos humanos.

Conclusão

As empresas ficam divididas entre a tentação de direcionar sua estratégia de desenvolvimento para o modelo tradicional, dando prioridade ao deslocamento de mercadorias e o modelo novo, que favorece as estratégias geocêntricas. Este documento explica porque o movimento de capitais deve ser menor que o de mercadorias. Ao menos três razões justificam essa posição:

- as empresas dos países economicamente menos desenvolvidos não são capazes de tirar partido de uma livre circulação de capitais,
- o conjunto da população mundial é condenado e provoca, por sua maioria, uma estagnação, visto a deterioração de suas remunerações sem diminuição significativa do desemprego,
- cada vez mais as empresas, estando externalizadas ou de alguma forma presentes nos países de acolhida, vêem sua posição seriamente comprometida pelas ofertas a custos mais baixos de outros países do planeta. Por exemplo, a evolução das empresas situadas nos países como a Tunísia ou o Marrocos têm um futuro fortemente comprometido pela estrutura dos custos de produção de certos países asiáticos. A China esta a um passo de tornar-se o lugar topo da indústria manufatureira têxtil no mundo.

Deve-se urgentemente reexaminar as regras do jogo de força com o fito de tirar as empresas de uma situação de crise interestatal reconhecida.

Bibliografia

Bhagwati, J. *How Washington Mismanaged Globalization*, Cambridge, Massachussets, MIT Press, 2000.

BIT, *Le travail dans le monde 1997- 1998, Relations professionnelles, démocratie et cohésion sociale*, Genève, 1998, 297 p.

Castagnos J- C., *Belligérance économique et société de l'information, Revue Française de Gestion, Actualités des livres*, n° 135, septembre - octobre 2001, p. 138.

Castagnos J- C., *Comprendre l'innovation pour repenser l'emploi*, Editions SEDIFOR, Grenoble, Novembre 1994, 224 p.

Castagnos J- C., *Les structures virtuelles d'entreprises. Une innovation menaçante pour l'emploi*, *Revue de Gestion des Ressources Humaines*, n° 17, Novembre 1995, p.37-53.

CCIP, *Pratique du lobbying par les entreprises*, Polycopié, Paris, 2002, 48 p.

Desreumaux A, *Stratégie*, Dalloz, Paris, 1993, 447 p.

FMI, *Perspectives de l'économie mondiale*, Washington, 2000, 2001, 2002.

Le Berre M, Castagnos J-C, *La gestion des ressources humaines*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2003.

Maddison A, *Monitoring the World Economy: 1820- 1992*, , Organization for Economic Cooperation and Development, Washington, DC, 1995, 255 p.

OCDE, *Principaux indicateurs économiques*, Paris, 1998.

Porter M. E., *L'avantage concurrentiel. Comment devancer ses concurrents et maintenir son avance*, Paris: InterEditions, 1986, 647 p

Rostow W, *Les étapes de la croissance économique*, Les Editions du Seuil, Paris, 1963, 252 p.

Teece D. J. , *Competition, Cooperation, and Innovation. Organizational Arrangements for Regimes of Rapid Technological Progress*, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 1992, vol. 18, n°1, p. 1-25.

MODELOS CONTÁBEIS E GESTÃO DA CAPACIDADE LUCRATIVA

*Antônio Lopes de Sá**

RESUMO

A interdependência entre custos e receitas como elementos de um mesmo sistema, este contido em todo um complexo patrimonial que vive em interações constantes, exige que a análise contábil seja feita sob os aspectos dimensionais de: causa, efeito, tempo, espaço, qualidade e quantidade e também sob o dos agentes transformadores humanos, do mercado e da sociedade.

As relações referidas implicam construções de modelos de comportamentos sistemáticos interdependentes, mas parte de paradigmas universais da doutrina contábil e de uma peculiar consideração ao sistema de funções patrimoniais da resultabilidade, este como um todo.

Considerada a referida influência mútua que existe entre todos os sistemas de funções patrimoniais é preciso que as informações e as análises contábeis sejam amplas, de natureza holística e sob a ótica de interações constantes.

PALAVRAS CHAVES: LUCRO - CUSTO – RECEITA — RENTABILIDADE – MODELOS CONTÁBEIS

Abstract

Accounting Models and Profitability

Interdependence between costs and revenues as elements from a same system, this contained in a whole property complex constantly interacting, demands an accounting analysis focused on dimensional aspects of: cause, effect, time, space, quality and quantity and also the human transforming agents, market and society ones. Relationships referred to above imply the construction of systematic independent behavior models yet a portion on universal accounting doctrine paradigm and of a peculiar consideration to the property function system of resultability as a whole. Considering any such mutual influence between all properties functions system the accounting information and analysis should be broad, holistic and constantly interactive.

Key Words: revenues, costs, rentability, accounting models.

** Professor da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO
Recebido no 2º semestre de 2003*

ANÁLISE CORRELATIVA E SISTEMÁTICA E LUCROS

A gestão volvida a “capacidade de lucrar” requer modelos de comportamentos eficazes que devem ser construídos a partir de informações e análises contábeis do “sistema da resultabilidade”, ou seja, daquele que tem por objetivo satisfazer a necessidade de aumento efetivo do capital através das transformações deste.

Isso requer, todavia, complementação, ou seja, estudo das correlações funcionais dos componentes do rédito com as demais funções patrimoniais.

A evolução operada no século XX, quer a defluente da velocidade informativa, quer a da concentração de empresas e dilatação de mercados, exigiu maiores rigores técnicos quanto à forma de produzir resultados, requerendo enfoque de natureza holística para a avaliação do comportamento empresarial.

Ou ainda, a análise de custos, isoladamente, não satisfaz, impondo o exame da matéria através de todo o sistema da resultabilidade e a dos demais conjuntos de sistemas de funções patrimoniais em interação, tão como e igualmente a das relações dos entornos do patrimônio e que são as de ordem motora destes.

Essa observação motivou destaque feito pelos doutores da “Escola de Veneza” há cerca de meio século e o professor Lino Azzini (luminar da escola referida) a reforçou e desenvolveu em uma obra específica (livro identificado na bibliografia, página 15 e seguintes).

Também, dentre muitos outros, em 1959, o douto professor Amedeo Salzano, da Universidade de Catânia, (livro identificado na bibliografia, página 15 e seguintes) fez importantes advertências específicas em relação ao processo produtivo e de distribuição comercial, tão como sobre a necessidade do exame holístico dos fatos (livro identificado na bibliografia, página 81) avigorando o que igualmente o genial professor da Universidade de Florença, Alberto Ceccherelli já destacara em 1950 (obra identificada na bibliografia), visando a esclarecer que os estudos contábeis relativos a “gestão de lucros” e às “prospecções dos mesmos” não poderiam estar limitados apenas aos dos custos de produção.

Tais óticas, portanto, muitas décadas antes que os norte-americanos acenassem, seus modelos (PEF, ABC, Custo/benefício, Por processos etc.) já eram desenvolvidas em excelentes doutrinas no continente europeu, com muito maior abrangência, não só pelos autores aos quais me referi especificamente, mas por diversos outros estudiosos deveras qualificados (Gino Zappa, Domenico Amodeo, Teodoro D’Ippolito, Pietro Onida etc.).

Na atualidade, segundo o Neopatrimonialismo, a “gestão da resultabilidade”, ou seja, a da capacidade de lucrar, deve estar apoiada em “informações” e “explicações”

defluentes de modelos contábeis estribados em exames de funções patrimoniais sistemáticas em interações, considerado, ainda, o entorno ou ambiente que gera fenômenos transformadores das riquezas.

Portanto, é da análise das correlações das funções dos diversos sistemas de funções patrimoniais com o sistema específico da produção do rédito que se deve colher os subsídios básicos para a construção dos modelos que servirão de suporte à gestão da capacidade lucrativa, considerando ainda, as relações ambientais da riqueza.

CAMPOS DE OBSERVAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE MODELOS DE RESULTABILIDADE

Os diversos “modelos científicos” se constroem a partir de doutrina própria, mas, devem emergir, em cada empresa, em cada oportunidade, da observação acurada de “campos de fenômenos” bem identificados.

Assim ocorre também em todos os demais ramos do conhecimento humano onde as “comparações” entre fatos observados, são bases para a formação de conceitos sobre acontecimentos, ou seja, busca-se sempre saber o que acontece com uma coisa em decorrência da presença de outras.

Em Contabilidade, portanto, é preciso apelar para a apreciação de fatores correlatos, ajuizamentos sobre a essência dos fenômenos patrimoniais e no caso da capacidade de lucrar com tudo o que possa influir sobre esta (desempenhada pelo sistema específico relativo à produção do lucro, ou seja, o da resultabilidade).

Em face disso, a análise das relações lógicas “dimensionais” (causa, efeito, tempo, espaço, qualidade, quantidade) é um socorro de julgamento que realmente disciplina a mente do observador, ajudando o entendimento das transformações da riqueza, permitindo que possa disto emergir um critério de construção de paradigmas, a partir de “razões derivadas de aferições”.

Indispensável, também, é o estudo das relações lógicas “ambientais”, estas relativas ao comportamento dos “agentes transformadores” (gestores, executivos, mercados, sociedade, tecnologias, natureza etc.), pois são estes os continentes da riqueza, as “causas motoras” que implicam mutações.

Para a construção de modelos contábeis relativos a gestão da capacidade do lucro é preciso partir da observação e julgamento de vários campos de fenômenos, de modo a levantar dados, com o intuito de compará-los.

Dentre outros elementos que possam vir a ser sugeríveis, é preciso pelo menos verificar as relações dimensionais de:

CAUSA

Metodologia de Produção
Metodologia de Distribuição
Metodologia Financeira

EFEITO

Satisfação da Clientela
Sobras de Produção (retalhos, resíduos etc.)
Eficácia dos demais sistemas de funções patrimoniais (liquidez, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade, elasticidade e socialidade)

TEMPO

De Produção
De Distribuição e Entrega dos Produtos

ESPAÇO

De Produção (por linhas ou tipos de produtos)
De Vendas (por regiões ou localidades)

QUANTIDADE

Do Imobilizado Técnico
De Matérias Primas e Materiais Auxiliares em estoques (armazenagem e giro)
De Produtos (fabricados e em produção, por volume, armazenamento e giro)

QUALIDADE

Do Imobilizado Técnico
De Matérias Primas e Materiais Auxiliares (por influência que possam ter nos produtos e no processo de produção)
De Produtos (pelo que representam como imagem perante o consumo)

AMBIENTE ENDÓGENO

Seleção e treinamento de pessoal (investimentos para a qualidade de desempenho operacional)
Ambiente de trabalho (investimentos em condições de operacionalidade para satisfação do pessoal e produtividade)
Estímulos ao pessoal (investimentos em prêmios de produção, valorização, incentivos morais etc.)
Proteção ao risco (como fator de garantia da integridade produtiva, comercial e do patrimônio)

AMBIENTE EXÓGENO

Comportamento do PIB nacional e regional

Comportamento do setor (quanto à produção e lucros)

Tais campos eleitos para observação (embora não exclusivos) visam a conduzir a uma consideração global, ou seja, cada um representa um subsídio ao julgamento final, pois, isoladamente não podem ser tomados como absolutos.

O conjunto de “informações”, portanto, para a produção de dados competentes, deve incluir, conforme o caso, também o aspecto “qualitativo” dos acontecimentos.

Ou ainda, não se deve indagar apenas sobre expressões monetárias.

Isso porque alguns elementos, tais como: volume de produção, qualidades de materiais, metodologias de trabalho etc. são revelados em medidas “não monetárias”, mas, influem de forma relevante no julgamento dos fatos, como há mais de quatro décadas já o advertia o emérito Prof. Egídio Giannessi, da Universidade de Pisa (obra identificada na bibliografia).

Os “campos de fenômenos” selecionados e classificados devem, portanto, gerar informes e análises abrangentes, de modo a contribuir para o encontro de paradigmas capazes de bem orientar a formação dos lucros, ensejando fórmulas para a materialização da prosperidade.

Admitir, pois, que apenas uma “Contabilidade de Custos”, um processo de apuração ou uma análise só de tal elemento, é competente para suprir as necessidades de formação de preços, de gestão dos resultados, é ficar na periferia de um assunto, ou seja, encasulado em apenas um aspecto de uma questão complexa.

Partindo de um modelo tomado como base universal de orientação (como veremos adiante) é preciso que as construções de modelos para a gestão do lucro se inspirem em indagações de amplitude e profundidade.

FATORES CAUSAIS DERIVADOS DE FILOSOFIA E POLÍTICA ADMINISTRATIVA

A escolha de métodos de produção, comercialização, obtenção e aplicação de recursos financeiros, determina movimentações patrimoniais que de forma relevante podem atingir o lucro.

Quer a vontade dos seres humanos que decidem sobre a movimentação dos capitais, quer a direção para o cumprimento destas, quer a dos que executam os comandos, tende a provocar transformações patrimoniais expressivas.

Nesse particular as ciências da Administração e a da Contabilidade muito se avizinham em seus objetos de estudos, embora sem se confundirem.

Examinar as implicações patrimoniais e lucrativas dos atos “volitivos”, “diretivos” e executivos nas células sociais é matéria contábil quando estes gera fenômenos patrimoniais.

No que respeita a capacidade lucrativa a filosofia empresarial é a de priorizá-la (já o advertia há meio milênio Luca Pacioli em seu Tratado, no primeiro Capítulo, como fundamento a ser considerado), e, neste caso, a política a ser seguida é a que deflui de tal preferência (embora nunca devendo ser abandonado o caráter humano e que segundo o Neopatrimonialismo é fundamental).

Logo, a decisão que gera a movimentação da riqueza interessa diretamente ao estudo contábil, não como uma decorrência da política em si, mas, como “forma de movimentação” que produziu esse ou aquele efeito.

Assim, por exemplo, se em uma empresa de transportes a direção adotou a política de “não imobilizar em frotas de veículos”, mas, sim de “terceirizar serviços a carreteiros”, as implicações patrimoniais devem ser analisadas sob a égide de tal orientação.

O que uma decisão de tal natureza poderá influir nos custos e nas receitas (sistema da resultabilidade) é matéria que interessa contabilmente, ou seja, a variação que será imposta ao sistema da estabilidade patrimonial (pela redução de imobilizado) tenderá a provocar alterações cujo efeito sobre a eficácia (esta como satisfação da necessidade) muito interessa que seja conhecido e mensurado.

Logo, a pesquisa sobre critérios adotados na produção, comercialização ou alusiva a matéria financeira, dimanados de filosofias de trabalho, políticas ou procedimentos administrativos, é relevante na construção de modelos de gestão dos resultados, pois, indaga sobre o comportamento de fatos decorrentes de metodologias de agentes motores do capital.

A comparação de cada política administrativa deve ser feita em relação à eficácia de cada um dos sistemas de funções patrimoniais e no caso da gestão do lucro, principalmente em face da “rentabilidade” e da “liquidez” (estas duas, sob óticas mais rigorosas dado o caráter básico que possuem funcionalmente).

Exemplificando:

Em 2002:	
Sem terceirizações de serviços	Rentabilidade 0,45 – Liquidez 1,78
Em 2003:	
Com terceirizações de serviços	Rentabilidade 0,61 – Liquidez 1,82

No caso suposto, observa-se que a terceirização influiu positivamente sobre o quociente de Rentabilidade (Lucro/Capital Próprio) e aquele de Liquidez (Ativo Circulante/Passivo Circulante), pois, ambos se elevaram no período em exame (2002 e 2003).

A política administrativa evidencia, no exemplo, um acerto na interação de “sistemas básicos de funções patrimoniais” e que foi a da eficácia do “lucro” e a da “capacidade de pagamento”.

Não ocorresse a mudança de critério de trabalho e possivelmente não adviria a variação positiva; essa a razão da relevância em associar a causa da ação humana aos fatos que implicam em variações na riqueza patrimonial.

EFEITOS EXTERNOS E INTERNOS A SEREM CONSIDERADOS NA ANÁLISE DA CAPACIDADE LUCRATIVA

As empresas beneficiam seus resultados na medida em que o reflexo de suas imagens se manifesta positivamente, quer através de suas mercadorias, produtos ou serviços, quer na facilidade oferecida ao consumidor em face do que comprou, quer em condições satisfatórias de segurança, comodidade, assistência e tratamento que venham a oferecer.

São plenamente mensuráveis os graus de satisfação dos clientes em relação aos produtos vendidos, através de controles como os de devolução e assistência aos produtos, fidelidade dos clientes, tão como de relatos que se realizam no sentido de obter a opinião dos utentes de serviços ou compradores.

Também pode ser medida a qualidade da produção através do bom aproveitamento da matéria prima, da capacidade instalada e das horas despendidas nos trabalhos.

Os índices de graus de ocupação do imobilizado, de horas/homem trabalhadas, de resíduos, retalhos, sobras e defeitos, são outros indicadores do grau de eficiência ou produtividade.

Acompanhar tais comportamentos, compará-los com metodologias de produção e comercialização, verificando também o que ocorre com a eficácia dos sistemas de funções patrimoniais, é uma forma de medir os efeitos pertinentes.

Os pesos dos custos fixos, a ociosidade, são igualmente complementos no para o estudo em apreço.

O lucro pode sofrer corrosões significativas em razão dos fatores mencionados, tão como em defluência de “custos inúteis” ou “improdutivos” e que são os que se

localizam através do estudo da “utilidade dos investimentos”, com o objetivo de avaliar os gastos “desnecessários”.

Portanto, não basta conhecer apenas o que se investe para a obtenção dos bens de venda (quer por compra, quer por fabricação ou prestação de serviços), sendo necessário que vários outros componentes relativos ao comportamento da eficácia dos diversos sistemas de funções patrimoniais sejam também considerados.

Os agentes motores do capital, quer internos na empresa, quer provenientes do mundo exterior à esta, são fatores que exigem indagação para que se possa com adequação produzir modelos a serem utilizados para a gestão eficaz do lucro.

TEMPORALIDADE OPERACIONAL E LUCRATIVIDADE

A dimensão “tempo” gera o conceito de “temporalidade” (no sentido do momento em que se completa o fenômeno) relativo este a um presente de realização dos acontecimentos e não ao futuro ou passado.

O tempo considerado para a efetivação dos fatores do rédito é essencial, principalmente na produção e comercialização, assim como o é de forma auxiliar na produtividade e suplementar na estabilidade, economicidade, invulnerabilidade, elasticidade e liquidez (tais fatores precisam ser comparados na análise para construção de modelos de gestão do lucro).

O prazo efetivo que se leva para produzir, comprar, aplicar, vender, distribuir e entregar bens de venda é algo deveras relevante para o resultado dos empreendimentos (nesse sentido é que se considera a temporalidade para o efeito dos modelos).

Quanto maior for a velocidade na circulação patrimonial e tanto mais a empresa se liberta da dependência dos recursos próprios e também igualmente melhor se capacita a trazer acréscimos ao capital.

Se em vez de produzir um determinado utensílio em 10 minutos, a empresa conseguir fazê-lo em 8 minutos, ao encurtar o prazo, aumentará os níveis de estoques de produtos acabados e estes ensejarão maiores possibilidades de ofertas e vendas, também disso defluindo menores custos unitários, disto dimanando provavelmente maiores lucros.

Igualmente ocorrerá redução de custo de mão de obra fixa ou de energia de máquinas, melhorando a produtividade, ensejando ainda que se diluam mais os custos fixos.

Tudo isso enseja menor custo unitário e melhor condição de competitividade por oferta de maior vantagem em valor.

Os riscos ficariam apenas por conta da não absorção dos produtos pelo mercado, ocorrendo ainda, neste caso, um problema financeiro, uma vez que o aumento de velocidade produtiva também passaria a requerer maiores recursos na compra de materiais, por exemplo.

Os efeitos da velocidade podem ser positivos ou negativos, dependendo de como se comportam as correlações dos fenômenos envolvidos na produção do rédito.

Todos esses ângulos precisam ser estudados, comparando-se cada processo com os efeitos que atingem os valores patrimoniais.

Em tese, ***o aumento da velocidade em razão da diminuição da temporalidade produtiva tende a promover o crescimento da rentabilidade, mas, é preciso comparar se o aumento quantitativo produzido é acompanhado por aquele de colocação dos produtos no mercado e se tudo isso é compatível proporcionalmente com a lucratividade e a sanidade das demais funções patrimoniais.***

O investido na produção, o desinvestimento que a venda traz e o lucro que esta deixa, são fatores alicerçais na consideração dos tempos em que tais coisas ocorrem.

Quadros devem ser levantados para cada mutação de critério de produção de modo a observar o comportamento dos custos, das receitas, da liquidez e do lucro em face da eficiência e da eficácia de tais fatores (sistemas de funções patrimoniais da resultabilidade, liquidez e produtividade).

Conforme o caso, como foi referido, é ainda necessário analisar outros aspectos relevantes com maior acuidade, relativos todos aos fatores de risco, equilíbrio patrimonial e comprometimento da continuidade dos empreendimentos (sistemas de funções patrimoniais da invulnerabilidade, economicidade e estabilidade).

ESPAÇOS OPERACIONAIS E RÉDITO

São espaços de produção os “centros de atividades” desenvolvidas com a finalidade de manter linhas de produtos (nas indústrias), serviços (nos Bancos, Seguradoras, Transportadoras, Profissões etc.) ou de tipos de mercadorias (nos estabelecimentos comerciais).

A tendência é a de que o rédito aumente na medida em que se multiplique o espaço, mas, tal fato também pode também deixar de ocorrer.

Mais linhas de produção, comercialização e serviços tendem, por natureza, a dissolver custos comuns e fixos, dilatando as margens redituais, em razão da redução de custos unitários.

Tal verdade, todavia, é relativa, pois não só os fatores internos da empresa, mas, também aqueles externos podem influir sobre as margens de resultados.

Assim, por exemplo, se uma empresa de produtos alimentícios dedica-se a produzir biscoitos, passando a fabricar também balas, bombons e caramelos, tenderá a ampliar as vendas, em virtude de ser a clientela quase a mesma para essas “linhas”.

Poderá ocorrer, todavia, que o mercado de bombons já esteja saturado ou dominado por oligopólios e, nesse caso, o esforço feito para manter tal linha de produção poderá não ser correspondido com um aumento proporcional de lucratividade.

É possível existir, portanto, um espaço de produção que não seja compensador, requerendo uma análise específica de cada um que se tenha, não só relativamente a custos, como já foi bastante frisado, mas, também a outros fatores que influem sobre o comportamento do produto, serviço ou mercadoria.

Para efeitos gerenciais não basta o conhecimento apenas de quanto custa um espaço (linha, filial ou centro operacional) sendo imprescindível que seja a informação completada com a dos fatores que influem sobre a produção do réditio em cada um.

Se uma filial não é lucrativa e se isto ocorre já há muito tempo, não basta que se conheça o custo que ela tem, sendo necessário indagar sobre as razões que levam às perdas e que podem ser várias.

Cada espaço tem a sua peculiaridade e esta tende a influir sobre todos os sistemas de funções patrimoniais (liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade, elasticidade e socialidade).

Esta a razão do insuficiente apoio administrativo gerado por modelos contábeis construídos apenas a partir de uma análise isolada, carente de visão holística competente dimanada da não consideração de todos os sistemas de funções e agentes motores do capital (estes que são os relativos ao ambiente ou entorno da riqueza patrimonial).

QUANTIDADE DOS MEIOS PATRIMONIAIS E MARGEM DE RESULTADOS DOS EMPREENDIMENTOS

Muito importa para a margem de resultados dos empreendimentos a “quantidade” dos meios patrimoniais que participam do processo produtivo e aqueles que deste dimanam.

Ou seja, os volumes dos imobilizados técnicos ou de produção, matérias primas e auxiliares, produtos, mercadorias, influem diretamente sobre a lucratividade.

Nem sempre as aplicações realizadas para aumentar a quantidade do imobilizado são compensadas por maior lucratividade.

Investimentos para ampliação de um conjunto industrial, comercial ou de serviços, podem não corresponder proporcionalmente ao retorno do capital (como será demonstrado em parágrafo relativo à base dos modelos contábeis).

Os custos fixos das depreciações, o risco da obsolescência, os gastos de manutenção e de operação, influem diretamente sobre a margem de resultados e mesmo que exista ainda um relativo aumento de vendas pode ser possível que não ocorra uma compensação.

Da mesma forma, os estoques pesados de materiais, produtos e mercadorias, pelo grande porte e lento giro que possuem, trazem efeitos gravosos sobre a liquidez, tendendo a gerar deficiências de capital próprio de rotação (diferença entre ativo e passivo circulante), ensejando despesas financeiras defluentes de dívidas de financiamentos.

Além do referido, são os estoques volumosos causadores de gastos com a armazenagem, controle e proteção (cobertura de riscos) dos mesmos, fatores que nem sempre as análises de custos consideram com a propriedade devida.

Se por um lado existem tais elementos com efeitos negativos, por outro os positivos igualmente podem vir a ocorrer, especialmente quando o volume ou quantidade produzida aumenta, dissolvendo custos fixos e reduzindo custos unitários.

Tal aumento não significa, por si só, um fator positivo total, pois, como já foi visto, pode ocorrer que não ache resposta positiva no crescimento reditual, em razão da quantidade marginal de estoques não encontrar colocação no mercado.

Modelos contábeis para a gestão do lucro, portanto, não podem estar aferrados somente a análises de custos que tenham por meta apenas o julgamento de correlações entre as aplicações na produção e a quantidade produzida.

Não basta apenas produzir mais e ter custos menores para que se tenha uma eficaz gestão do réditio, sendo necessário que o giro defluente do volume produzido encontre agilidade em processos competentes de colocação dos produtos e serviços no mercado, com margens de resultados compensadoras.

Os quantitativos de imobilizados técnicos, estoques de produção, vendas e lucros líquidos, devem guardar entre si proporções constantes para que exista eficácia.

Os modelos contábeis de gestão do lucro, portanto, devem observar o que a proposição lógica precedente enuncia (mais adiante desenvolvida em parágrafo específico sobre os modelos).

QUALIDADE COMO FATOR DE LUCRATIVIDADE

A determinação da qualidade dos meios patrimoniais de produção tem sido considerada fator de lucratividade.

Imobilizado, estoques, processos de qualidade, ensejam produtos, serviços e mercadorias da mesma natureza, tendendo a promover a satisfação do cliente e a projetar positivamente o nome da empresa.

Além disso, a busca de alternativas de qualidade de materiais e mercadorias pode propiciar redução de custos, aumento de utilidade e se estes fatores ainda se somam a tendência é a de que se consiga maior influência na colocação dos bens de venda no mercado (preço e qualidade são fatores que muito pesam neste caso).

Portanto, *embora a qualidade não se registre em conta específica, ela não pode deixar de ser considerada na análise contábil e na construção de modelos para fins de gestão do lucro.*

O aspecto “qualitativo” do patrimônio foi objeto, há mais de um século, de relevante destaque por parte de luminares da doutrina contábil e Vincenzo Masi, em uma obra didática (“Ragioneria Generale”, identificada na Bibliografia, página 107), volta ao tema, de forma precisa, afirmando que tal estudo é o que se refere ao teor da “substância” e da “contra-substância” da riqueza, ou seja, das coisas em si, na “essência”, como “utilidades” e “recursos”.

Portanto, *a matéria é um estudo contábil quando o que se visa é o entender sobre os fenômenos que os meios patrimoniais causam em decorrência de sua qualidade, independentemente da mensuração feita em valor* (que é a denominada “quantitativa”, em geral quase sempre monetária, embora não exclusivamente).

Fator deveras positivo que tende a advir do efeito qualitativo e que deve gerar análise e consideração para modelos contábeis, é o relativo à maior utilidade do produto, serviço ou mercadoria e que inspira no consumidor confiança e estímulo de aquisição, ensejando aumento de vendas e o das decorrentes margens lucrativas.

AMBIENTE ENDÓGENO E EFICÁCIA DO LUCRO

O ambiente que atua sobre o patrimônio, dentro da empresa, é formado pelos indivíduos que exercem a vontade sobre o destino dos negócios, os que comandam ou dirigem para que a vontade se materialize e os que executam ou cumprem as determinações.

A competência humana, as filosofias, metodologias e processos de trabalho adotados, são fatores relevantes para a eficácia do lucro.

Adequadas seleções de pessoal, treinamentos de adaptação e aperfeiçoamentos continuados, contribuem de forma relevante para a consecução do rédito.

Quanto maior é a força pensante e laboral e tanto maior tende a ser a produtividade e a consecução dos objetivos traçados pelas empresas.

Os investimentos realizados para a formação de “consciência produtiva” são sempre relevantes e devem ser considerados nas análises realizadas contabilmente, assim como na produção dos modelos para gestão eficaz do lucro.

Um segmento dos estudos contábeis, denominado “Contabilidade dos recursos Humanos” tem sido desenvolvido para o fim ao qual me referi, merecendo destaque sobre o assunto a obra do ilustre professor Manuel Ortigueira Bouzada, da Universidade de Sevilha (obra identificada na Bibliografia deste artigo).

Complementarmente, no que tange ao fator emulação produtiva, tem sido levado em conta outros elementos, como, por exemplo, o local onde o trabalho é realizado, inclusive considerando, conforme o caso, a questão de espaço, cores, temperatura, ruído, comodidade, movimentação etc.

Na medida em que são modificados os meios aludidos é importante acompanhar que efeitos eles produzem sobre a margem de lucro, pois, uma empresa pode ter produtividade e não ter lucratividade.

Ao analisar tais coisas é preciso ter em conta que a meta deverá ser sempre a de perseguir uma interação eficaz entre as funções de eficiência e remuneração do capital.

Favorece muito ainda a força de trabalho o melhor nível de remuneração e os incentivos morais, éticos e sociais que a empresa possa oferecer (função do sistema de funções de Socialidade).

Também esses fatores devem ensejar consideração como elementos de proeminente importância.

AMBIENTE EXÓGENO E DEFESA DO RÉDITO

Não é sempre que a empresa pode evitar alguns efeitos negativos que provêm do mundo exterior, mas, tem sido habitual extrair proveitos positivos em face da participação no mundo social.

Seja como for é preciso observar com atenção o que a empresa deveras representa perante o seu ambiente externo (social, econômico, político, legal, científico etc.).

As análises contábeis e a estruturação de modelos para a gestão precisam levar em conta o comportamento do mundo externo, pois, são inequívocas as influências que existem.

Assim, por exemplo, o cálculo do crescimento da produção da empresa deve ser comparado com o da evolução do setor; se a indústria de construção teve uma elevação de negócios, por exemplo, de 3% em um período, é preciso observar qual a taxa que a empresa que se analisa acusou na evolução de suas obras.

Ou seja, é conveniente observar se a evolução de um empreendimento, como célula social que é, acompanhou o ritmo de crescimento do local em que opera.

Tal comparação pode ser feita através de sondagens estatísticas de “índices-tipos”, mas, segundo Salzano (livro identificado na bibliografia, página 83), com o qual concordo, é preciso considerar as peculiaridades de cada empresa, em razão da hereditariedade dos fenômenos que na mesma se processa.

Ou seja, em um determinado momento da conjuntura econômica é possível que o empreendimento esteja a passar por um estágio especial no qual não lhe foi possível acompanhar as tendências do mercado.

É o caso, por exemplo, de empresas que possuindo mercado e capacidade de colocação de seus produtos, acha-se em período de reformas ou de ampliação de seu parque industrial, por já ter a sua capacidade instalada totalmente esgotada ou desejar aprimorá-la.

O mesmo se passa com relação à inflação, outro fenômeno que enferma a muitas empresas; no caso referido da indústria de construção, ao fim de cada ano, é conveniente observar quantos metros quadrados a empresa pode construir com o lucro que tem, comparando com anos anteriores para determinar a realidade de sua taxa de crescimento da margem de resultados (correlação custo/lucro).

Também, diante de aumentos de tributos a empresa precisa observar a natureza da influência dos mesmos e qual a melhor forma de repassá-los ou buscar alternativas para a defesa do réditto.

O mesmo ocorrerá diante de fatores outros que possam influir sobre a movimentação patrimonial e que sequer estão ao alcance da empresa modificá-los por serem imperativos ou compulsórios.

O TEOREMA DA PROPORCIONALIDADE COMO BASE NA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DE MODELOS CONTÁBEIS

A proposição lógica já referida: *“os quantitativos de imobilizados técnicos, estoques de produção, vendas e lucros líquidos, devem guardar entre si proporções constantes para que exista eficácia”* é a base para um modelo de aplicação universal, teórico, logo podendo ser considerado como um ponto alicerçal de referência.

Faço alusão, no caso, a uma analogia com as “Divinas Proporções”, aquelas que Platão pregou e que Luca Pacioli tanto difundiu (escrevendo um livro com tal título), ou seja a de que *em um global dividido em elementos desiguais que se relacionam, a menor parte deve estar para a maior assim como a maior para o global.*

Embora não se trate de Geometria, como foi o caso focado pelas aludidas personalidades da História, quando estas trataram de segmentos de retas, admiti a filosofia por similitude, em busca de uma expressão teórica do eficaz, portanto, aplicando o analógico, no campo contábil.

Ou seja:

Para o investimento em capitais de produção, fixos (imobilizações técnicas) e circulantes (estoques de bens de vendas) deve existir uma proporcionalidade constante para a consecução de uma resultante eficaz do sistema patrimonial de resultabilidade, na qual o lucro líquido (L) esteja para as vendas (V) assim como as vendas devem estar para o total dos investimentos em capitais de produção (IP).

$$\frac{L}{V} :: \frac{V}{IP}$$

Isso leva a admitir também que o aumento de investimentos em meios de produção (fixos e circulantes) implique aumento de vendas e este o aumento de lucros, tudo devendo ocorrer em proporção constante (em tese).

Logo, uma constante (C) ampliação das funções dos investimentos em meios de produção (fIP) deve implicar um constante aumento da capacidade lucrativa (CΔL).

Ou seja:

$$(\Delta IP \rightarrow \Delta V) (\Delta V \rightarrow \Delta L) \therefore C\Delta fIP \Rightarrow C\Delta L$$

Tais constructos lógicos são os que edificam um modelo teórico universal, como um natural “Princípio” a ser observado, embora na realidade sofra um expressivo número de variações e só raramente possa materializar-se.

Nas empresas, a diversidade de estrutura patrimonial, capacidade de circulação e a forma de obter o réditio, incumbe-se de dificultar a ocorrência da proporção universal constante idealizada.

É óbvio e usual que na prática o incremento ocorrido nos elementos do sistema de resultabilidade (Lucros, Vendas e Investimentos em Meios de Produção) que se acham em correlação constante e obrigatória, gere discrepâncias em suas combinações, quebrando o rigor matemático que o modelo sugere, ou seja, ***só muito raramente a proporcionalidade entre os fatores poderá manter índices percentuais semelhantes.***

Assim, é natural que o aumento em meios patrimoniais de produção (imobilizações técnicas e estoques de bens de vendas) tenda normalmente a fazer crescer a quantidade produzida, esta a reduzir os custos unitários e estes aumentarem as margens de lucros.

Nesse caso, ***os modelos podem visar à “mais proporcionalidade”, ou seja, a que evidencia um aumento do lucro mais que proporcional ao aumento das vendas, embora as vendas possam ser menos que proporcionais ao crescimento dos meios de produção.***

Ou ainda, podem e realmente ocorrem outras hipóteses, tais como:

$$\frac{L}{V} > \frac{V_{-}}{IP}$$

$$\frac{L}{V} < \frac{V_{-}}{IP}$$

Assim, a expressão percentual entre os valores de lucro e vendas será maior que aquela operada entre vendas e investimentos na produção, como evidencia o primeiro caso.

No segundo caso, a expressão percentual entre os valores de lucro e vendas será menor que aquela operada entre vendas e investimentos na produção (o que por si só nem sempre invalide a consideração de eficácia do Sistema da Resultabilidade).

É provável igualmente ocorrer situação especial na expressão quantitativa ou de valor entre “Investimentos em meios de produção” e “Vendas”, conforme a velocidade do capital e o processo da formação do réditio, como, por exemplo a das Vendas serem maiores que os Investimentos, ou seja:

$$V > IP$$

Também pode suceder, como foi referido, que a expressão da relação entre o aumento do Lucro e o aumento das Vendas seja maior que aquela existente entre o

aumento das Vendas e o aumento dos Investimentos de Produção, ou ainda:

$$\frac{\Delta L}{\Delta V} > \frac{\Delta V}{\Delta IP}$$

Portanto, *muitas situações podem sugerir cálculos derivados na montagem de modelos contábeis, mas, nada disso invalida a filosofia do modelo universal para a gestão do lucro, havendo, apenas, variações em torno dele.*

Sob que condição cada componente da proporção universal atua em cada empresa é algo a ser sempre considerado em cada caso.

Embora um modelo para a gestão eficaz do lucro seja, por essência, uma situação a ser alcançada, fundamentada em relações ideais, é sempre, por natureza, teórico e a materialização ou não do mesmo é algo que se sujeitará, em todos os casos, a um número expressivo de variáveis.

O paradigma referido estará tanto mais próximos da realidade quanto mais forem os campos de relações dimensionais e ambientais consideradas na construção do mesmo (e este trabalho procurou de certa forma abranger a questão).

MODELOS CONTÁBEIS E FUTURO DO LUCRO

A consideração de uma situação teórica do réditio em face de um tempo projetado difere daquela que se usa para a construção dos modelos de comportamentos considerados como necessários para movimentações presentes.

Parece-me lícito, pois, considerar modelos para realidades presentes e modelos para realidades projetadas em maior prazo.

A previsão do lucro, como instrumento de gestão, pode, portanto, valer-se de modelos contábeis construídos para comportamentos pretéritos e presentes relativos à gestão reditual.

É preciso considerar sempre, todavia, que a vida da empresa, assim como a das pessoas, sujeita-se a um tão grande número de variáveis que prospecções em longo prazo podem conduzir a modelos inadequados.

Os fatores exógenos que movem a riqueza sujeitam-se a um tal número de influências que por mais técnica que se adote, esta se sujeitará sempre aos riscos de “desvios” de diversas naturezas, impulsionados pelo “imprevisível” (assim já há mais de meio milênio lembrou Luca Pacioli no Capítulo IV de seu Tratado de Contas e Escrituração).

Se por um lado os modelos fundamentais científicos são verdades gerais, respeitáveis intelectualmente, por outro as circunstâncias em que vão ser aplicados podem conduzir a resultados diferentes, não porque sejam inválidos em si, mas porque as razões em que se fundamentaram sofreram transformações, sugerindo “modelos de pertinência específica”.

Não deixam de ser verdadeiras as construções universais que levam aos paradigmas contábeis, mas, mutáveis podem ser os ambientes em que venham a ser evocadas para aplicações eficazes (a necessidade que gera o fenômeno aziendal é mutável e relativa, requerendo considerações holísticas e específicas).

Sujeitos a variações os elementos de uma fórmula, é axiomático que se venha a alterar não só a estrutura dela, mas, também, a dinâmica sugerível pelo modelo contábil pertinente.

Igualmente isso se passa em outras ciências onde não se coloca em dúvida o conhecimento, mas, esbarra-se na variedade da aplicação do mesmo.

Essa a razão pela qual se justifica a consideração especial das “dimensionalidades” (de tempo, espaço, qualidade e quantidade) para que se possa complementar as de causa e efeito do fenômeno patrimonial.

Não se trata de colocar em dúvida, pois, nem a validade das previsões e nem a verdade contida nos modelos contábeis, mas, sim, de conciliar de forma lógica as condições sob as quais se aplicam e se harmonizam essas coisas.

Ou seja, por paradoxal que pareça, ainda que o “absoluto” seja o inquestionável para o enunciado de verdades, é preciso que seja elemento para consideração das posições do “relativo”, diante de cada circunstância.

Essa a razão pela qual ao se considerar as “dimensões do fenômeno”, como sugere o Neopatrimonialismo, é preciso igualmente observar as relações que se operam nos entornos da riqueza, pois, são estas as que mais se sujeitam a câmbios de influência sobre as transformações patrimoniais.

Será sempre verdadeiro, quer no passado, presente ou futuro que, como foi visto, “os quantitativos de imobilizados técnicos, estoques de produção, vendas e lucros líquidos, devem guardar entre si proporções constantes para que exista eficácia”, mas, quanto ao futuro pode ser exigível que outros fatores considerem de forma suplementar a aplicação desta realidade.

Logo, a própria verdade necessita de uma relativa consideração diante de circunstâncias móveis (e as humanas e sociais as são) que exijam o seu bom emprego.

Mesmo sem invalidar o que é certo e conveniente, o “necessário” (que é uma determinante aceita como relação lógica essencial pelo Neopatrimonialismo) muitas vezes passa a exigir adaptações.

O “relativo” é uma condicionante imposta a fatores que conhecemos como “absolutos” e isto é válido para o efeito da doutrina e da prática contábil quando consideramos modelos de comportamentos de um tempo presente, mas o que se busca são os sugeríveis para a gestão do rédito futuro.

Os constructos que alicerçam as proposições lógicas da proporcionalidade constante para a eficácia do rédito se condicionam em qualidade e quantidade ao determinismo ambiental dos entornos do património e também aos espaços, tudo em relação ao que podem ensinar em causas e efeitos no decorrer do tempo.

BIBLIOGRAFIA

AECA - Critérios de medición de la rentabilidad, productividad y eficiencia de las entidades bancárias, Madri, 1991

ALUJA, Jaime Gil - La estimación de magnitudes económicas en el proceso de inversión, in “Anales”, edição da Real Academia de Ciencias Económicas y Fiancieras, Barcelona, 1997

ALVAREZ, Carlos Alberto Fernandez – Flujograma para identificar y clasificar las actividades generadoras del coste de calidad total, em Técnica Economica nº 173, Madri, setembro de 2003

AZZINI , Lino - Investimenti e produttività nelle aziende industriali, edição Giuffré, Milão, 1954

GIANNESSI, Egidio – Le aziende di produzione originaria, volume I , Le aziende agricole, edição Colombo Cursi, Pisa, 1960

BOUZADA, Manuel Ortigueira – Contabilidad de recursos humanos, edição da Universidade de Sevilha, Sevilha, 1977

CARDOSO, Sergio M. Jimenez – La calidad de la información contable en las empresas fracasadas, em Revista AECA nº 62, Madri, Janeiro-Abril 2003

CECCHERELLI, Alberto - Il linguaggio dei bilanci, 4ª. edição Felice Le Monnier, Florença, 1950

CRAVO, Domingos José da Silva – Da teoria da Contabilidade às estruturas conceptuais, edição Instituto Superior de Contabilidade e Administração, da Universidade de Aveiro - Aveiro, 2000

FANNI, Maurizio e COSSAR, Lívio – Il método contabile, edição NIS, Roma, 1994

GIANNESI, Egidio – Le aziende di produzione originaria, volume I , Le aziende agricole, edição Colombo Corsi, Pisa, 1960

HOOG, Wilson Alberto Zappa – Resolução de sociedade e Avaliação do Patrimônio na Apuração de haveres, edição Juruá, Curitiba, 2003

LÓPEZ, A . Somoza e CALAFELL, J. Vallerdú – Um modelo de predicción de la insolvencia empresarial basado en variables financieras. Su aplicación al caso textil catalán, em Revista de Contabilidad, volume 6, nº 11, edição da Asociación Española de Profesores Universitarios de Contabilidad, Santander, janeiro-julho de 2003

MASI, Vincenzo – Ragioneria Generale, 4ª. edição CEDAM, Bolonha, 1954

MATTESSICH, Richard - Academic Research in Accounting - The Last 50 years, in Asia Pacific Journal of Accounting, número 1, volume 3, Hong Kong, Junho de 1996

MOYA, Amparo Ayuso e FELIÚ, Vicente M. Ripoll – Contabilidad de gestión y costes de calidad, em Revista AECA nº 62, Madri, Janeiro-Abril 2003

SALZANO, Amedeo – Le rilevazione aziendali come strumento di controllo del processo produttivo e distributivo, edição Universidade de catânia, Catânia 1959

ZAPPA, Gino – Il reddito di impresa, 2ª. edição Giuffré, Milão, 1946

ZEFF, Stephen A . – El informe de auditoria y el principio fundamental de la imagen fiel, Boletim AECA, nº 49, Madri, abril julho de 1999

A INTERFERÊNCIA DA TAXA DE CÂMBIO NAS EMPRESAS E O RISCO CAMBIAL: UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO DE EMPRESAS SEDIADAS NO BRASIL NO PERÍODO 2001-2002

Exchange rate interference in the companies and exchange risk: Study on behavior of established in Brazil within the period of 2001-2002

*Adriano Dias de Carvalho**
*José Marques da Cruz**
*Héctor Gustavo Arango***

Resumo

Desde o início da década de 70, as pesquisas no campo das finanças internacionais começaram a se deparar com novos problemas. Historicamente, este novo cenário está associado às grandes variações nas taxas de câmbio ocorridas nos países desenvolvidos após a quebra do sistema de Bretton Woods e às crises do petróleo, quando as taxas de câmbio passaram a apresentar uma maior volatilidade.

As oscilações nas taxas de câmbio afetam não somente os resultados das transações realizadas com moedas, mas também a capacidade de competitividade dos países e de suas empresas. No início da década de 2000 economia brasileira passou por importantes variações no poder de compra da sua moeda. Em 2002, a desvalorização cambial obrigou o setor financeiro das empresas a agir rapidamente diante de um variado quadro de expectativas. Tomando como resultados as opiniões dos executivos da área financeira de grandes empresas sediadas no Brasil, este trabalho propõe-se a fazer um estudo e efetuar considerações sobre: i) o modelo cambial usado no Brasil, ii) o risco cambial associado e iii) a utilização da taxa de câmbio e a sua aplicabilidade para as empresas, segmento de mercado que depende diretamente da taxa cambial para negociação e comercialização de seus produtos.

Abstract

Since seventies, researches international finances started to face new problems. Historically, this new scenery is associated with major exchange rate variations occurring in developed countries following Bretton Woods System break and oil crisis, when exchange rates became more volatile. Exchange rate oscillations affect not only the result of transaction, with currencies but also the competitiveness capability of the countries and their companies as well. Recently, Brazilian economy has been undergoing major variations as far as the purchasing power of its currency is concerned. By 2002, the exchange variation forced the financial sector of the companies to quickly act in view of a varied expectations scenery. Based on the opinions of financial executives of large corporations established in Brazil, this work has the purpose of carrying out a study and issue considerations on:

- i) the exchange model used in Brazil;
- ii) the associated exchanged risk and
- iii) the use of exchange rate and its applicability to the companies, a market segment which directly depends on the exchange rate for negotiating and marketing its products.

Key Words : Exchange rate, Exchange risk, scenery, major variations.

* *Mestrando. Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da FACECA, Varginha, MG. Telefone: +35 32212999.*

** *Doutor. Professor do Programa de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da FACECA, Varginha, MG. Professor da FACESM, Itajubá, MG. E-mail: hector@facesm.br*
Recebido: 1º semestre de 2004

1. INTRODUÇÃO

A valorização ou desvalorização de uma moeda em relação a outra, está relacionada a vários fatores. Em primeiro lugar pode se afirmar que depende diretamente das condições e dos níveis econômicos atuais e futuros de cada país. Estas condições estão relacionadas a vários aspectos tais como: a) a estabilidade política, b) o nível educacional de sua população, c) o nível de renda da população economicamente ativa, d) tendência do déficit fiscal, e) política de exportação e importação.

Em segundo lugar, não é menos importante a necessidade de recursos externos e, principalmente, o nível de credibilidade de seus governantes atuais e potenciais, no futuro.

Para melhor entender a influência da taxa de câmbio, basta atentar diariamente para as suas variações e suas conseqüências. Por exemplo, se a taxa de câmbio no Brasil sobe e, portanto, o real fica mais barato, os produtos brasileiros ficam mais acessíveis aos importadores estrangeiros. Com isto o país aumenta as suas exportações. Em contrapartida, as importações do Brasil ficam mais caras, pois a moeda perdeu o seu poder aquisitivo. Dependendo do impacto dos produtos importados na economia, isto pode gerar pressão sobre os preços internos e, posteriormente, inflação. Na situação contrária, com a taxa de câmbio caindo, a moeda do país referencia fica mais cara, e assim os produtos brasileiros ficam menos acessíveis aos importadores estrangeiros. Com isso diminuem as exportações. Em contrapartida, as importações ficam mais acessíveis, pois o Real, neste caso, ganhou poder aquisitivo.

O Brasil hoje utiliza o chamado regime de taxa de câmbio flutuante, onde o preço é determinado pelo mercado. As autoridades econômicas, mais do que nunca, caracterizam a visão da moeda como uma mercadoria e, por analogia com o restante das mercadorias de nossa economia, não tem porque seu preço ser tabulado.

Entretanto, como qualquer outra mercadoria seu preço deve ser sutilmente vigiado para evitar os excessos de variação, quer seja para cima ou para baixo que tanto agradam os especuladores ou oportunistas, garimpeiros do ganho fácil.

O Brasil viveu muitas décadas com controles cambiais, sendo que alguns poucos anos sob um regime de bandas. Depois da década de 1920, o Brasil enfrenta o regime mais prolongado da flutuação cambial.

Houve várias surpresas que levaram ao aparecimento de teorias sobre a taxa de câmbio, cuja característica mais proeminente seria a chamada "paridade de poder de compra" (a mesma mercadoria deve custar o mesmo em qualquer parte quando medida na mesma moeda). Segundo Gustavo Franco (2002), a experiência tem demonstrado que a taxa de câmbio flutuante, ou seja, aquela determinada pelo mercado, não é justa ou

correta uma vez que cálculos de paridade de poder de compra perderam totalmente a serventia.

O uso de reservas cambiais tem sido feito pelo governo nestes últimos tempos para acalmar o mercado. Contudo, a falta de confiança faz com que as empresas dolarizem seus ativos e busquem o *hedge* (proteção, como a compra de títulos corrigidos pela variação do dólar) para seus ativos. Estes movimentos, tais quais ocorrem em países desenvolvidos, são dominantes na formação da taxa de câmbio. Sendo assim, tentar compensar esses movimentos exclusivamente com o uso de reservas, é convidar o mercado a um ataque especulativo. Muito embora seja possível pensar em relação balanço comercial e taxa de câmbio, estudos recentes sugerem que nem sempre tal relação é observável.

Qualquer que seja a medida a ser adotada pela política econômica de qualquer governo é sua posição quanto ao câmbio. Existem duas modalidades que são básicas de políticas cambiais, o câmbio fixo e o câmbio flutuante.

No mercado de câmbio, como em qualquer outro, os preços são definidos pela lei da oferta e da procura, isto significa que se há uma alta procura pela moeda americana o excesso ocasionado por esta demanda faz com que o dólar suba, da mesma forma quando há poucos compradores frente a uma grande oferta o dólar cai. Por exemplo, um exportador estrangeiro que espere receber em dólares no espaço de três meses. No cenário de uma queda do valor do dólar, antes que os fundos tenham sido recebidos e convertidos, este exportador irá receber menos, do que previa receber no momento da realização do negócio. Inversamente, um importador estará preocupado com a possibilidade de depreciar o valor e, conseqüentemente, os dólares requeridos para pagar pelos bens custarão mais caro.

2. TAXA DE CÂMBIO FLUTUANTE E MERCADO

A taxa de câmbio utilizada no Brasil a partir de 1999 é a taxa de câmbio flutuante. Em um regime cambial flutuante, o Banco Central passa a não interferir no mercado de câmbio, ou seja, o preço do dólar é determinado exclusivamente pelas forças de oferta e demanda. O Banco Central intervém no câmbio, principalmente em ataques especulativos à moeda através de leilões da moeda estrangeira, mantendo desta forma um certo controle porém nada que impeça na flutuação do dólar americano.

Existe também uma pequena variação desse regime chamado de bandas cambiais, artifício utilizado pelo Banco Central, até a desvalorização do Real, ocorrida em 1999. Neste caso o câmbio é variável, mas o Banco Central cria algumas regras de modo a estabelecer parâmetros para a variação cambial. Quando o preço do dólar extrapola os limites estipulados pelo governo, o Banco Central intervém comprando ou vendendo

dólares de acordo com as necessidades momentâneas do país, acalmando assim o mercado financeiro. O Banco Central garante um controle de câmbio dentro dos parâmetros, conhecidos por bandas cambiais e deixa que o dólar varie livremente neste intervalo.

A maior vantagem do câmbio flexível é não estar sujeito a crises internacionais, pois não são as reservas internacionais que variam, mas sim a própria taxa de câmbio. As desvantagens consistem em não prever as futuras flutuações da moeda americana, o que atrapalha visivelmente os importadores e exportadores na formação de expectativas futuras para formação de preço.

Temos visto que a política cambial flutuante com a determinação do preço do dólar pelo mercado, apesar de ser mais eficiente com base em regras de demanda e oferta, está sujeita a muita variação e esta variabilidade tem demonstrado sérios problemas às empresas que trabalham com transações a nível internacional, onde exportadores e importadores são obrigados a administrar os riscos do câmbio flutuante e o aumento na taxa de juros.

Com o aumento das taxas de juros, haverá um sensível aumento no valor das aplicações financeiras. Assim, o governo pode ajudar a segurar os dólares no país, mas, em contrapartida, o custo dos financiamentos é elevado para empresas e consumidores finais. Isto atinge diretamente o consumidor final, uma vez que são eles que dependem de financiamentos e com isto ficarão expostos à compra de bens com juros mais altos tais como: eletrodomésticos, automóveis, e outros produtos com uma taxa elevada de componentes importados. Muitas vezes esta atitude pode, inclusive, traduzir-se em demissão de empregados, uma vez que para empresas também dificulta e encarece o acesso a linhas de crédito com taxas de juros menores para o financiamento de projeto e o aumento da capacidade produtiva.

As experiências brasileiras desde a implantação do câmbio flutuante e da nova sistemática cambial não mudaram, pois em relação ao dólar o real se desvalorizou. A influência de fatores externos como a crise da Argentina, ocorrida em 2001, a desaceleração externa, a crise do setor energético em 2002, e a sucessão presidencial em 2002, levaram alguns analistas econômicos, no final de 2002, a tomarem posições desanimadoras frente à política econômica brasileira. Dólar mais alto significa maior remuneração para o exportador e, portanto, melhora a competitividade, uma vez que a excessiva desvalorização funciona como uma alavanca comercial para os produtos fabricados no Brasil.

3. A EXPOSIÇÃO DAS EMPRESAS AO RISCO CAMBIAL E SUAS FORMAS DE PREVENÇÃO

A aversão ao risco, características dos investidores em mercados financeiros, faz com que o preço de determinados ativos financeiros freqüentemente se afaste das expectativas relevantes.

A instabilidade no câmbio neste período levou muitas empresas endividadas em moeda estrangeira, ou dependentes de importações, a buscarem proteção. A fórmula mais freqüente, segundo os empresários, é a operação de *hedge* por meio da compra de câmbio no mercado futuro e aplicações em fundos cambiais. A cobertura do risco é considerada cara para as empresas, mas a ameaça de uma disparada do dólar justifica esta opção.

Segundo informações verbais de um administrador de renda fixa do Banco Santander, em 2002, os fundos cambiais registram uma maior movimentação e as operações foram intensificadas. Outro comportamento dos investidores tem sido o resgate de suas aplicações para realização de lucros, enquanto outros investidores - estes em menor volume - procuram segurança. No período recente, muitas empresas, por causa da especulação com a moeda, têm recorrido ao *hedge*.

4. SÉRIE DE CASOS: POLÍTICA FINANCEIRA DAS EMPRESAS DIANTE DO RISCO CAMBIAL

As empresas do setor produtivo procuram afastar do seu dia-a-dia o risco. A seguir, são mostrados os resultados obtidos a partir de um *case series* com executivos da área financeira de algumas grandes empresas sediadas no Brasil, representantes de diversos setores da atividade econômica, como: a) eletro-eletrônico, b) de alimentos, c) químico, d) de telecomunicações, e) elétrico e f) comércio, no caso de grandes exportadores. Foi ouvida também a opinião de gestores do setor financeiro.

Para citar um exemplo, a Philips, empresa do setor eletro-eletrônico cujo nível de importação é alto, tem por princípio não correr risco cambial. Toda operação realizada em moeda estrangeira é devidamente protegida por meio de operações de *hedge*. A diretora da empresa chegou a declarar que até mesmo crises profundas, como a ocorrida na Argentina em 2001, não mudam a rotina da empresa. Entretanto, percebeu-se que as operações de *hedge* ficaram mais caras, pelas altas cotações do dólar.

Outro exemplo importante é a Sadia, empresa do setor de alimentos, que também está exposta significativamente ao risco cambial. Apesar de que o aumento da cotação do dólar representa uma boa contribuição nas receitas da empresa, oriunda de produtos destinados à exportação, isto não significa necessariamente uma vantagem. É que boa parte do endividamento da empresa é em moeda estrangeira. Embora o perfil do endividamento da empresa seja em longo prazo, o que deveria tranquilizar aos acionistas, uma vez que a maior parte dos vencimentos não exige esforço financeiro de imediato, em situações de tensão cambial o diretor das finanças da empresa passa a atuar imediatamente. Durante as fortes altas de 2002, ora foram trocadas posições em dólar para real, ora foram suspensas as operações de adiantamento de Contrato de Câmbio, dependendo da expectativa do momento. Em termos de financiamentos, a política tem sido procu-

rar capitais internos de baixo custo, como por exemplo, o crédito rural, e o crédito às exportações.

A disparada do dólar ocorrida em 2002 consumiu praticamente todo o lucro da atividade das empresas brasileiras acumulado anteriormente. Para reduzir o efeito da variação cambial em suas dívidas, empresas exportadoras, como a Petroflex, buscam proteção em contratos de securitização de recebíveis (transformação de receitas futuras em títulos negociáveis no mercado), enquanto outras companhias, como a Telefônica, do setor de telecomunicações, e a Cemig, do setor elétrico, recorrem a operações de *hedge* e de rolagem de dívidas.

A Petroflex, fabricante de borracha sintética para a indústria de pneus, adotou como estratégia diante da instabilidade da moeda a securitização de exportações destinada à rolagem de dívidas externas com vencimento no final de 2002. A empresa exporta cerca de um terço de sua receita total e somente negocia títulos ao mercado em casos de extrema necessidade, na avaliação dos diretores da empresa manter estes títulos em carteira, hoje é mais barato do que fazer um contrato de *hedge*.

O grupo Telefônica, com onze empresas, prefere enfrentar a alta do dólar com o *hedge* desde 2001. Segundo o departamento de finanças da empresa, os investimentos foram feitos como forma de antecipar o cumprimento de metas de atendimento ao mercado: “para evitar o risco cambial é buscada proteção de cem por cento contra as variações cambiais” diz o vice-presidente do grupo. Segundo declarado, somente com esta prevenção contra a variação cambial e a opção de efetuar o *hedge* foi possível para a empresa cumprir as metas que estavam acertadas com a (ANATEL) Agência Nacional de Telecomunicações, e que estavam previstas para 2003.

A empresa Telefônica operava com proteção apenas parcial de sua dívida, mas em seguida mudou a forma de prevenção contra o risco cambial e optou pela cobertura total, pois o custo do *hedge* associado ao benefício de prevenção é baixo e havia uma forte preocupação da empresa com a desaceleração da economia.

Para o presidente da Associação Brasileira de Mercado de Capitais (ABAMEC) e diretor de uma corretora de seguros, observa que a maioria das empresas está recorrendo a operações de *hedge* para proteger suas dívidas de curto prazo, de até seis meses. O exemplo que ilustra esta afirmação é a Embratel, que tem um endividamento em bilhões de dólares e pouco mais de trinta por cento da dívida está protegido pelo *hedge*.

Já para a Cemig, a forma mais eficiente de se proteger contra o risco cambial é a negociação, afirma os analistas financeiros da empresa de energia, uma vez que o custo da operação preventiva é considerado alto. Segundo os analistas financeiros da empresa, o motivo para que a empresa não optasse pelo *hedge*, enquanto outras do setor elétrico o fazem, é que as empresas que atuam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste são

duplamente expostas ao risco cambial, já que compram energia de usina binacional de Itaipu com tarifas cotadas em dólares.

Por último, segundo opinião de executivos de grandes exportadoras, estas empresas estão menos expostas ao risco cambial, já que boa parte do seu faturamento é em dólares, existe o chamado "*hedge* natural", pois as dívidas e as receitas se encontram atreladas ao dólar.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que no período de incertezas vivido em 2001-2002, a desaceleração da economia colaborou sensivelmente para a forte variação cambial e com isto muitas empresas como forma de resguardar patrimônios e de se precaver contra a falta de recursos, encontraram formas de se proteger contra o risco cambial em que estavam expostas.

Permanece no setor empresarial brasileiro, uma unanimidade de expectativa para um regime cambial mais estável, uma vez que o repasse do ajuste do câmbio afeta os produtos dos mais diferentes setores da economia. Quando se deseja a retomada do crescimento econômico, para expansão do emprego, é recomendável conduzir a política monetária evitando a volatilidade das taxas de juros, ou seja, suas flutuações em curto prazo.

Entretanto, o regime cambial baseado na taxa flutuante, apesar das situações críticas como as experimentadas em 2002, proporciona maior flexibilidade na ação de re-equilibrar a economia e tem surtido bons efeitos devido aos alicerces ou fundamentos obtidos na fase de estabilidade política apresentado por nosso país durante algum tempo.

As empresas, de forma individual, foram estudando formas de estar prevenidas e precavidas quanto a episódios de variação cambial aguda. De modo geral, diante de episódios críticos, porém conjunturais, como os vividos no período de análise do artigo, conclui-se que houve um aprimoramento das estratégias financeiras das empresas, que representa um significativo ganho no caminho do Brasil para a maturidade econômica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FRALETTI, P. B.** *Estrutura Temporal das Taxas de Juros em US Dólar no Mercado Doméstico*. In: *SECURATO*, José Roberto. *Cálculo Financeiro em Tesourarias: Bancos e Empresas*. São Paulo: Saint Paul, 1999.
- HALFELD, M.; Moreira, J.C.** *Risco de Taxas de Juros: Inovações na Gestão de Ativos e Passivos de Instituições Financeiras*. *Revista de Administração de Empresas* 3, vol.36, 1999.
- FURTADO, Celso**, *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Hucitec/Abphe, SP, 2000, 6, pp.54-60.
- ROSS, S. A, Westerfield, R.W. E Jaffe, J.** *Corporate Finance*. São Paulo: Atlas, 1995.
- HOLLAND, M., Valls, Pedro L. P.** *Taxa de Câmbio Real e Paridade do Poder de Compra no Brasil*. São Paulo, 2001.
- SACHSIDA, A, Rodolpho, J. Teixeira.** *Diferencial de Juros e Taxa de Câmbio no Brasil*. Brasília, 2000.
- CAVALCANTE, Mileno T. e Holanda, Marcos.** "Mobilidade de Capital Internacional no Brasil". In *Anais do XX Encontro Brasileiro de Econometria*. Vitória, 1998.
- BARROS, R. Paes, E Reis, Eustaquio J.** *Política Cambial*. Ministério da Fazenda, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2002.
- CADOC, Cosif.** *Taxa de Câmbio. Manual de Normas e Instruções*. Banco Central do Brasil. Brasília, 2002,
- GARCIA, M. G. P.** *A Macroeconomia do Dólar Futuro*. Resenha BM&F, 118, 37-45 São Paulo, 2002.
- Normatizações Bancárias.** *Taxa de Câmbio*. Cartas Circulares, Banco Central do Brasil. Brasília, 2002.
- _____, *O Prêmio de Risco da Taxa de Câmbio no Brasil durante o Plano Real*. Texto para discussão nº 409, Departamento de Economia PUC, Rio de Janeiro, 2000.
- www.bancocentral.org.br Banco Central do Brasil
- www.planalto.gov.br Presidência da República Federativa do Brasil (especialmente no que se refere a leis, decretos e medidas provisórias).

O TURISMO RURAL NÃO É PROBLEMA NEM SOLUÇÃO APENAS OPÇÃO PARA MELHORIA DE QUALIDADE DE VIDA PARA MEIO RURAL.

The agricultural Tourism is not problem nor solution only option for improvement of quality of life for agricultural way.

*Carlos Eduardo Oliveira Bovo**

Resumo

Pretendo mostrar a importância da atividade turística no processo de revitalização dos espaços rurais, ponderando as vantagens e desvantagens da utilização desta atividade econômica para o processo de desenvolvimento local.

Palavras Chave: Turismo , espaço rural, desenvolvimento local.

Abstract

I intend to show the importance of the tourist activity in the process of revitalização of the agricultural spaces, pondering the advantages and disadvantages of the use of this economic activity for the process of local development.

Key Words: Tourism, agricultural space, local development.

* Mestre em Extensão Rural na Área de Turismo Rural e Desenvolvimento pela UFSM, Bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp e Pesquisador do Grupo Turismo e Desenvolvimento da UFSM – RS. Contato: carlosbovo@ig.com.br

Recebido: 1º semestre de 2003

1. Introdução

Este artigo é fruto de alguns questionamentos encontrados na elaboração da minha dissertação de mestrado, questionamentos expresso na necessidade de verificar se a atividade turística pode ser uma opção na valorização do espaço rural, como espaço o desenvolvimento nas seguintes esferas: econômica, natural e social. Além do fato de que esta atividade vem adquirindo uma crescente importância econômica ao longo dos anos, fato facilmente constatado através dos números apresentados pela Organização mundial do Comercio (OMC), a qual aponta o turismo como atividade econômica que mais cresce no mundo nos últimos anos, crescendo na faixa de 5% ao ano, fato confirmado no Brasil pela Embratur. Sendo necessário destacar que segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), deste 5% de crescimento na área turística o Turismo Rural representou no ultimo ano cerca de 20% deste total, estes números deixam claro a importância econômica que esta atividade representa tanto a nível mundial com nacional.

Portanto este trabalho consistira na compreensão do que é turismo rural ou turismo em meio rural (área rural) e o artigo terá como preocupação central identificar o que é realmente esta modalidade turística e se esta pode e esta auxiliando no desenvolvimento local e de que maneira isto esta acontecendo.

Para isto, é necessário identificar as propriedades e verificar suas atividades, os serviços, os equipamentos e o processo de implantação, manutenção e expansão da modalidade na década de noventa, pois foi neste período que a atividade apresentou um crescimento expressivo, constatado no material que será apresentado no decorrer deste trabalho, destacando a participação dos sujeitos sociais e suas respectivas atribuições nestes empreendimentos.

Para tanto, faz-se necessário, antes, definir o que se entende por desenvolvimento local, e qual é a definição mais adequada de turismo rural a ser utilizada no Brasil, pois estes conceitos podem possuir interpretações diferentes. Desenvolvimento, neste caso, deve ter uma significação mais ampla que a idéia de crescimento econômico e deverá significar, necessariamente, a valorização humana, a igualdade social, a distribuição da renda de forma justa, a conservação do ambiente natural, a valorização cultural, a participação da sociedade nas tomadas de decisões, além do crescimento econômico; tudo isso visando equacionar os problemas sociais e proporcionar uma organização social mais justa.

Já em relação a definição de turismo rural, visto que esta atividade no Brasil é muito recente, coloca-se como uma tarefa nada fácil, além do pouco tempo de desenvolvimento dessa atividade, existe dificuldade em relação à conceituação teórica. Segundo Tulik (2000: 137.), o que impossibilita a utilização de um conceito único sobre turismo rural, possível de ser adotado por todos os países, são as diversidades conceituais em relação às definições geográficas, culturais, econômicas e sociais refletidas diretamente sobre o conceito de turismo rural.

A proposta apresentada neste trabalho consiste na compreensão do conceito turismo rural e com base nesta noção se a atividade turística, ao incorporar valor às atividades produtivas, pode apresentar-se como uma alternativa para “revitalização”¹ do espaço rural, apresentando-se como opção para manutenção ou a retomada do modelo de produção agrícola que não esteja necessariamente vinculado ao “modelo tradicional”², fornecendo mecanismo para inserção competitiva de pequenas propriedades no mercado, incentivar e valorizar a policultura, garantir a permanência da mão-de-obra em todas as etapas do processo produtivo, dinamizar a economia local, recuperar a auto-estima do homem do campo, valorizar a cultura rural, preservar o meio ambiente, etc.

De maneira geral esta opção tem como proposta a idéia de complementação da atividade econômica no meio rural através do aumento na renda familiar e da redução dos problemas criados pela competição com os grandes produtores que, por sua vez, tem sua agricultura baseada no aumento da produtividade, através da redução de mão-de-obra e da mecanização do processo produtivo, seguindo um modelo de produção que acompanha as tendências do processo de globalização. Este modelo cria uma série de problemas, como: o êxodo rural, o aumento da desigualdade social no campo, a descaracterização cultural, entre outros.

Porém é necessário destacar que não estamos dizendo em nenhum momento que o turismo rural deve necessariamente estar associado a atividade primária, pois acreditamos no turismo como ferramenta para revitalização e dinamização da economia no meio rural, enfatizando a importância da associação com a atividade primária sendo esta direta ou indireta, o que não significa que existe a obrigatoriedade da presença desta atividade para prática dessa modalidade turística, desse modo esperamos que fique claro que para nós o turismo rural pode e deve fornecer alternativas para que o homem do campo possa continuar produzindo sem uma dependência tão forte do modelo de produção ditado pelo processo econômico dominante, porém é importante destacar que esta não é a única nem a principal função dessa atividade, pois como já foi falado o principal papel do turismo rural é o de auxiliar na revitalização do meio rural.

2. O Crescimento do Turismo Rural e sua Influência Sobre a Reorganização Espacial

A justificativa da utilização do turismo como ferramenta para viabilizar a revitalização do espaço rural, esta no fato de que o crescimento da atividade turística, e sua forte influência na reorganização territorial, despertam interesse e preocupação dos órgãos oficiais. Este crescimento é constatado, por exemplo, nas estatísticas apresentadas pela Embratur e vinculadas pelas Secretarias Estaduais de Turismo. No Estado de São

1 Entende-se revitalização como sinônimo de desenvolvimento, de melhoria de qualidade de vida, isto através de uma nova via.

2 Entende-se como modelo tradicional, aquele estruturado com base na idéia de *commodities*, visando uma produção padronizada coordenada e direcionada pelo mercado.

Paulo, estes dados são encontrados em duas pesquisas da Secretaria de Esporte e Turismo: *Pesquisa sobre a Demanda Turística Internacional e Pesquisa sobre a Demanda Turística Doméstica* de 1999. Este crescimento é importante para economia nacional, mas ao mesmo tempo cria problemas em outras áreas da sociedade. Com vistas nisso, o governo federal colocou em prática o *Plano Nacional de Turismo de 1996-1999*, para regulamentar a atividade e seu crescimento.

No caso do turismo rural, só recentemente foi elaborado pela Embratur o *Programa Nacional de Turismo Rural* que, apesar de apresentar pontos importantes para a implantação e expansão dessa atividade, é restrito e não possui amparo legal.

Como toda atividade turística no país, o turismo rural apresentou, na última década, grande crescimento, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), estas regiões representam, respectivamente, 19,41% e 55,78% do total da atividade no país. O Estado de São Paulo possui cerca de 35,92% dos estabelecimentos que oferecem turismo rural na região Sudeste, o que representa 20,03% do total de estabelecimentos existentes no país. Entre os números apresentados pela ABRATURR, podemos destacar algumas informações importantes em relação ao tipo de mão-de-obra, ao tamanho da propriedade, ao tipo de produto voltado para o turista e às principais atrações oferecidas. Podemos verificar que a força de trabalho é composta essencialmente por mão-de-obra local, que representa 97% do total de mão de obra empregada, sendo que 28% é exclusivamente familiar. E ainda podemos destacar que cerca de 92% desse total é composto por mulheres. Isto nos fornece a princípio indícios que nos permitem constatar o forte caráter local desta atividade de no fator emprego e ainda a inserção da mulher do campo nesta atividade.

Em relação ao tamanho das propriedades que oferecem turismo rural: 43% são pequenas propriedades com até 50 hectares e 31% de médias propriedades com áreas entre 51 e 250 hectares. Isto representa outro fator importante para defesa de nossa hipótese, pois as propriedades que mais sofrem com o processo de globalização são exatamente as pequenas e médias, o que, segundo as estatísticas, representa 73% do total das propriedades que praticam esta atividade.

O tipo de produção estimulada pelo e para o turista nas propriedades, que está distribuída da seguinte forma: 37% na produção de hortaliças, frutas e grãos, 58% na lida de animais, 28% na agroindústria artesanal e 75% comercialização de artesanato local. Isto aponta para acréscimo na renda familiar, pois representa uma complementação da atividade produtiva ou ainda um redirecionamento de parte da produção para este novo mercado e em ambos os casos existem o ganho de valor agregado ao produto.

E por fim as principais atrações oferecidas nestas propriedades: a gastronomia típica; água (rios, cachoeiras, lagos, piscinas, pesca e navegação); trilhas (campos, matas e montanhas); arquitetura histórica, folclore e música (talentos locais); lidas rurais (caval-

gadas, manejo, ordenha, cultivo, colheita etc.); recreação, jogos e outros esportes; preservação e valorização da fauna e da flora regionais; folclore, cantigas de rodas e folguedos típicos; temas de caráter religioso ou esotérico. Estas atividades são importantes na caracterização e identificação das propriedades prestadoras de turismo rural.

Ao mesmo tempo, que estes números são otimistas pela perspectiva do aumento de entrada de divisas, produzem preocupações para o poder público estadual quanto à maneira que se dá este crescimento. Por esse motivo, foi implantada, em outubro de 1998, a Câmara Setorial de Turismo Rural na Secretaria de Agricultura em conjunto com a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, possuindo seu alicerce em três pilares estratégicos: o incremento na receita das propriedades rurais; a geração de empregos nessas áreas; e a proteção do patrimônio histórico constituído pelas propriedades. Porém, para a efetivação desses objetivos, é necessário que exista a regulamentação federal do turismo rural.

Na tentativa de manter o crescimento, sanar ou minimizar os problemas, os órgãos oficiais federais, por meio da Embratur, estão patrocinando, em conjunto com a iniciativa privada e outros setores da sociedade civil, a realização de congressos e oficinas, com intuito de redefinir tanto os conceitos como os processos de implantação, de conservação e de expansão do turismo rural. Destas iniciativas, podemos destacar o 1º Congresso Internacional de Santa Maria, realizado em maio de 1998 no município de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul. Ao seu término foi elaborada a *Carta de Santa Maria*, a qual propõe o estabelecimento de parcerias entre as organizações governamentais e a iniciativa privada, no estabelecimento de políticas e diretrizes para o turismo rural. As propostas contidas na carta serviram de base para as discussões nacionais nas oficinas e congressos.

Esta iniciativa tem mostrado resultados positivos, como a Oficina Nacional de Turismo Rural realizada em Brasília entre os dias 02 e 04 de abril de 2001, na qual foi proposta a seguinte definição:

“Turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.”(EMBRATUR, 2001:4.)

Limita-se o tipo de atividade pertencente ao turismo rural e este é associado à função de atividade complementar da agropecuária, o que nos leva à discussão proposta em nossa hipótese, ou seja, a inserção do turismo rural como alternativa para auxiliar na complementação da atividade econômica propiciando o aumento da renda familiar, entre outros benefícios já mencionados. Esta definição e as medidas propostas na Oficina, passam a funcionar como um divisor de águas, pois fornecem elementos para classificar os estabelecimentos de turismo rural como propiciadores do desenvolvimento local.

Com base nestes elementos e no conceito de desenvolvimento local, é possível

estabelecer critérios para verificação dos estabelecimentos que proporcionam o desenvolvimento da localidade. Do cruzamento entre estes dados e as informações encontradas³ nas principais associações de turismo rural atuantes no Estado de São Paulo, será possível concluir o mapa da atividade no Estado e este servirá de base para verificação e comprovação de nossas hipóteses.

3. Considerações Finais sobre a situação do Turismo Rural na região Sudeste

Chegamos no ponto final de nosso trabalho agora iremos discutir os resultados teóricos e empíricos encontrados ao longo deste trabalho, e a partir destes dados realizar nossas considerações finais, esperando que estas atendam as hipóteses propostas no início da pesquisa.

Foi possível constatar que a maior parte dos estabelecimentos cadastrados corresponde a noção de turismo rural adotada nesta pesquisa, onde turismo rural esta associada a toda atividade turística praticada em espaço rural tendo com principal atrativo o modo de vida rural o qual expressa uma identidade local. Também foi possível verificar que dentro deste universo de estabelecimentos grande parte atende ao conceito oficial de turismo rural apresentada pela EMBRATUR/ ABRATUR (1999), no qual existe a necessidade do comprometimento com a produção agropecuária.

Porém é necessário destacar que esta diferença percentual entre os estabelecimentos classificados pela nossa noção de turismo rural em relação a definição oficial, representa uma porcentagem considerável em relação ao universo pesquisado, e que estes estabelecimentos possuem como principal atrativo o modo de vida no campo expresso pela identidade local, mas segundo o Estado na figura das instituições que regulamentam o setor não seriam estabelecimentos ofertantes de turismo rural e assim não poderiam usufruir de qualquer recursos ou política publica viabilizada pelo governo para implantação, desenvolvimento ou manutenção desta atividade. Isto deixa claro que a definição oficial de turismo rural apesar de possuir seu valor no sentido de amarar a atividade turística a atividade produtiva primaria, acaba cometendo um erro no sentido de propiciar o desenvolvimento das localidades rurais, pois acaba dificultando ou inviabilizando aqueles estabelecimentos que hoje não possuem atividade primaria por diversos motivos, possam usufruir dos poucos benefícios disponibilizados para o setor, além de reduzir a chance de qualquer retomada da atividade primaria nestes estabelecimentos por meio da atividade turística, isto é, muitas vezes o turismo rural acaba obrigando que o proprietário do estabelecimento retome algum tipo de atividade primaria, pois esta entra como mais um atrativo para os turistas, ou ainda que este faça parcerias com outros estabelecimentos que possuam esta atividade para ofertarem estes atrativos a seus visitantes, deste modo é possível encontrar um ciclo virtuoso, pois de maneira direta ou indireta existe

3 Como a existência conjunta de atividade agrícola e turística; proteção de mata nativa, flora e fauna; comercialização de artesanatos e manufaturas produzidos na região etc.

uma preocupação com a manutenção da atividade primária, porém esta atividade não é utilizada com limitador e sim com um forte atrativo potencial do turismo rural.

Esta primeira discussão procurou deixar claro que a nossa escolha por esta noção de turismo rural, possui “subsídios empíricos” que justificam a sua utilização em relação a utilização dos demais conceitos propostos sobre o tema. É possível concluir que a opção feita neste trabalho possibilitou identificar os estabelecimentos que realmente ofertam turismo rural, sem excluir os que não possuam atividade primária nem incluir estabelecimento ofertantes de ecoturismo, procurando dessa maneira agregar o maior número de estabelecimentos turísticos que possuam como principal atrativo o modo de vida rural e estejam localizados no espaço rural, para com isto podemos verificar se estes estabelecimentos estão auxiliando no desenvolvimento local. Isto porque procuramos através desta visão, resgatar e retomar a importância do espaço rural através de atividades valorizam sua realidade cotidiana, não determinando apenas uma opção econômica para este meio, mas sim possibilitando a escolha do melhor caminho para atingir o desenvolvimento, caminhos estes escolhidos pela própria sociedade de acordo com suas necessidades.

Em relação ao fato de que o turismo rural esta ou não auxiliando na busca pelo desenvolvimento local, devemos levar em consideração a noção de desenvolvimento que consiste basicamente no equilíbrio das dimensões: econômica, natural e social, este conseguido através da participação conjunta dos principais atores sociais, no caso poder público, iniciativa privada, população local, e as associações de turismo rural. Foi possível constatar em nossa pesquisa primeiramente, que de certo modo existe uma participação de todos os atores nesta atividade, isto é, constatado no conjunto de respostas encontradas nos obtidas junto aos representantes das associações de turismo rural, para melhor visualizar esta conclusão, iremos realizar a discussão de participação pegando cada ator.

Podemos iniciar pelas associações de turismo rural, esta são frutos da necessidade dos proprietários rurais em encontrar opções para as dificuldades econômicas encontradas no campo, estas associações surgem de um movimento dos próprios proprietários buscando maior representatividade junto ao poder público e a iniciativa privada, melhor organização operacional, valorização cultural e resgate da auto-estima do homem do campo. Este movimento tem como resultado a efetivação de associações altamente participativas, onde todos os membros buscam em conjunto as melhores soluções para os problemas coletivos referentes a atividade, e encontram soluções para seus problemas individuais, através de outras experiências ou de acessória fornecida ou orientada pela associação. Este trabalho conjunto e participativo pode ser expresso nas reuniões mensais para discussão dos rumos das associações, na organização de “associações estaduais”⁴, nos roteiros turísticos ou pelo menos na vontade da elaboração de roteiros, nos cursos e treinamentos frequentados pelos associados e intermediados pela associação, enfim o maior serviço prestado pelas associações é o fato destas democratizarem a discussão

4 Em nosso caso a criação da Associação Paulista de Turismo Rural, que é a representante das associações a nível de Estado, sendo componente da ABRATURR, que é a representante nacional.

sobre a atividade, pois estas discussões coletivas resultam na implantação e organização de atividades turísticas que respeitem a interação com o espaço onde estão localizadas, pois este pertence a todos os participantes, que tem neste espaço, sua moradia, seu trabalho, sua família, seu lazer, enfim toda sua vida esta associada a este meio e sendo assim devem pensar na implantação de atividade que respeitem e valorizem esta realidade, pois isto é o maior atrativo que eles possuem. Esta relação participativa e consciente, propiciada pelas associações de turismo rural, é facilmente constatada, na tabela dos estabelecimentos de turismo rural em suas colunas de atrativos e nas respostas as questões, aplicadas a seus representantes, onde é possível verificar uma preocupação com a preservação e educação ambiental, resgate e valorização cultural, melhoria nas condições econômicas através geração de empregos e agregação de valor aos produtos, inserção da família na atividade tendo destaque o papel da mulher, investimentos em aprimoramento profissional, etc. De maneira geral as associações tem como principal função a representação das aspirações de seus associados na figura de um ator social, que procura estabelecer uma discussão com os demais atores sociais, visando viabilizar os desejos e aspirações de seus associados.

Outro ator ou sujeito social importante é o Estado, porém foi constatada em nossa pesquisa uma participação tímida deste personagem, pois o mesmo deixou de executar ou executou de maneira parcial diversas suas atribuições. Foi inferido em nossa discussão teórica e constatado empiricamente nas respostas dos entrevistados, que o poder público é um elemento importantíssimo para o bom desenvolvimento da atividade de turismo rural, pois cabe a ele a elaboração de regras e legislação para normatizar o setor, viabilizar linhas de créditos e financiamento especiais para estimular a atividade, realizar melhoria de infra-estrutura nas localidades, fornecer cursos e treinamentos para aprimoramento das populações para facilitar a inserção nesta atividade, auxiliar na divulgação da localidade e seus atrativos, etc. Porém o que pudemos encontrar de efetivo em relação ao que se espera que o Estado realize e o que ele realmente esta realizando, foram algumas poucas ações, como por exemplo: melhoria de infra-estrutura em poucas localidades; divulgação da atividade de maneira isolada destacando uma região específica; oferta de cursos, via Sebrae e outros órgãos vinculados ao poder público; escassos recursos financeiros remanejados para atividade, via programas de agricultura.

Mas é necessário destacar que apesar de ser pouco efetivo nas medidas em prol da atividade, vem demonstrando nas diversas esferas de poder, principalmente nas esferas estaduais e federais um interesse em desenvolver programas para estimular esta atividade, podemos citar como exemplo a criação de pólos e circuitos turísticos. Devemos atentar que qualquer ação do governo em favor da atividade, é realizada com base no conceito oficial de turismo rural, no qual existe a necessidade da presença da atividade agropecuária, mas de maneira geral podemos dizer que apesar de timidamente o poder público tem participado da atividade de turismo rural.

Em relação a iniciativa privada também foi constatado empiricamente as nossas suposições teóricas, pois todos os entrevistados acreditam na importância da participação

deste ator, porque, para eles este processo de interação entre os estabelecimentos de turismo rural com o comércio local, agências de turismo, empresas de transporte, meios de comunicações, propiciaria benefícios mútuos por diversas razões. Entre as principais razões encontradas podemos citar: a resolução ou minimização de um dos maiores problemas enfrentados pelos proprietários destes estabelecimentos, que esta relacionado a divulgação e comercialização de seu produto turístico, neste caso uma parceria com as agências de turismo que são instituições especializadas nesta área poderiam atender a estas necessidades e em troca obteriam uma participação nos lucros. Em relação aos demais componentes da iniciativa privada, estes devem estar sintonizados para recepção dos turistas, pois estes representam uma injeção de capital na localidade.

Porém temos o mesmo problema que o encontrado em relação ao poder público, porque apesar da importância que esta atividade pode representar para este setor existe pouca participação efetiva deste ator, possuindo algumas exceções. Mas do mesmo modo que colocamos em relação a participação do Estado, neste caso podemos afirmar que existe participação da iniciativa privada, apesar de ser ainda muito tímida, esta acontecendo com perspectivas de um maior envolvimento, o que significa que este sujeito tem participado e existe movimento no aumento da efetivação desta participação por parte das associações e de órgãos deste setor, pois todos acreditam na vantagens mutuas desta parceria.

Por fim a população local, este ator como os demais, deve ter e tem uma participação essencial na atividade, o que foi comprovada empiricamente em nossa pesquisa. Todos os entrevistados acreditam na importância e na necessidade do envolvimento desse ator social na prática do turismo rural, primeiro porque eles mesmos se colocam como sendo parte atuante desta população, segundo porque a "mão de obra"⁵ envolvida na atividade é composta por seus familiares e pelos moradores da localidade, além do fato desta atividade poder interferir no cotidiano das pessoas que residem neste local, portanto com base nestas razões acreditam, na existência de uma forte participação da população local e na importância desta para o desenvolvimento da atividade.

Em grande parte todas as aspirações apresentadas pelos entrevistados estão sendo concretizadas, isto é constatado principalmente por três fatores: pela procura e pelo incentivo na busca por aprimoramento profissional, por grande parte das pessoas envolvidas na atividade, além de despertar o interesse de pessoas a ingressarem na atividade; geração de empregos, com destaque para trabalho familiar e da região com uma grande inserção do papel da mulher na atividade econômica da região; e por fim é o mais importante o estímulo ao envolvimento e comprometimento de parte comunidade com o crescimento da atividade respeitando a localidade e suas especificidades, o que propicia a inserção desta população neste mercado sem precisar perde sua identidade ou sair de sua localidade. Não é possível dizer que as expectativas dos entrevistados estejam sendo atingidas de maneira plena, porque hoje não foi encontrado em nenhum dos casos um envolvimento completo da comunidade, mas é possível observar, que está ocorrendo

5 Trabalho diretos ou indiretos.

um aumento constante e gradativo da consciência de participação e uma participação efetiva na atividade, o que aponta para atingir este objetivo.

Já em relação a questão da verificação de como a atividade esta atendendo as necessidades apresentadas pelas três esferas que compõem o conceito de desenvolvimento, podemos dizer que relação esfera econômica foi possível constatar que independente do grau de participação da atividade turística é possível afirmar que a esta atividade apresenta-se como elemento dinamizador da atividade econômica na localidade, sendo: forte gerador de emprego diretos ou indiretos na região, pois a mão de obra envolvida na atividade é composta basicamente por familiares e pessoas da localidade; estimula a melhoria do comercio local e diretamente o aumento na contratação de trabalhadores para atender o aumento da demanda; estimula a produção em pequenas manufaturas e oficinas e de pessoas ligadas ao artesanato; estimula o redirecionamento de parte da produção do setor primário para esta atividade, visando a obtenção de produtos com maior valor agregado, etc. Estes elementos encontrados na nossa pesquisa podem ser considerados como indicadores de que o turismo rural está surtindo efeitos positivos em relação a dimensão econômica do desenvolvimento, pois em todos os casos estudados foram encontrados os elementos e os efeitos mencionados acima, isto indica, que independente da intensidade de participação destes indicadores, estes foram encontrados em todos os casos.

Em relação aos efeitos da atividade de turismo rural sobre a esfera natural, constatamos, dados animadores, pois a maior parte dos estabelecimentos pesquisados tem em seu interior ou em seu entorno a presença de elementos naturais preservados, e segundo os entrevistados existe uma preocupação e orientação por parte das associações no sentidos de investimentos na educação e preservação ambiental, apesar de que os associados já possuíam esta preocupação antes mesmo da pratica do turismo, porém esta atividade forneceu ou obrigou uma participação mais ativa neste sentido, visto que, os turistas, demandam este ambiente preservado. Além da preocupação na preservação e recuperação ambiental, através de medidas como educação ambiental, reflorestamento, preocupação com destino do lixo, etc. O fato mais interessante é um dos mais importantes no sentido da preservação ambiental, é a mudança no tipo de produção primária dentro dos estabelecimentos, pois foi constatado um aumento na substituição por uma produção orgânica, este fato estimulado por um maior retorno econômico, além satisfação pessoal da preservação ambiental. Pois nos casos estudados o turismo está sendo um companheiro importante neste processo, pois está facilitando no escoamento da produção e a agregação de valor a estes produtos, este processo acontece da seguinte maneira, através do consumo direto dos produtos pelos turistas, da divulgação destes produtos pela atividade turística e da transformação artesanal e automaticamente agregação de valor e escoamento de parte da produção, etc, é possível se ter uma produção com escala reduzida sem a necessidade da utilização de insumos e de maquinários sofisticados, mas com um grande retorno financeiro, social e ambiental, pois esta produção é direcionada a um publico diferenciado, não existe a necessidade de competir como

grandes produtores da agricultura convencional.

Par completar nossa trilogia é necessário a discussão da dimensão social, nesta como nas demais procuramos encontrar indícios de que o turismo rural esta auxiliando na melhoria da qualidade de vida da sociedade onde esta sendo praticado. Constatamos alguns indicadores neste sentido, entre estes podemos destacar a maior participação da mulher nas decisões familiares e da comunidade, visto que a atividade esta inserida nesta. Este fato é de suma importância pois representa uma maior consciência democrática no sentido da participação, pois a partir do momento que a mulher ganha real importância e representatividade na vida da comunidade, diga-se de passagem num espaço rural, que possui um grande ranço com a tradição patriarcal, onde a função da mulher estava relegada a um único plano, que é o de cuidar da família na esfera da casa, o fato da mulher ganhar um papel de destaque através desta atividade deve ser considerado um grande salto evolutivo na questão do desenvolvimento para esta sociedade, fato destacado por grandes estudiosos desta questão com o premio Nobel de economia Amartya Sen em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*.

Outro indício importante relacionado a esta dimensão é o fato de que a atividade de esta garantindo a permanência dos indivíduos na sua localidade, tanto relacionada a trabalho como a moradia, garantindo ainda a preservação de suas tradições culturais, mantendo de certa maneira seu modo de vida e valorizando a identidade local, pois a atividade turística é estruturada nestes elementos, dessa maneira se faz necessário a sua preservação, o que propicia as vantagens mencionadas acima, pois toda atividade desenvolvida deve respeitar estes elementos. Por outro lado, são necessárias melhorias na qualidade dos serviços públicos e no atendimento da iniciativa privada local, estas mudanças visam primeiramente o melhor atendimento ao turista, pois este injeta capital na região, mas diretamente ou indiretamente trazem benefícios para comunidade, pois todos acabam usufruindo destas melhorias trazidas por estas mudanças, principalmente as relacionadas aos serviços públicos.

Também podemos citar como indício de indicador social a mudanças no tipo de produção, pois esta além das vantagens econômicas e naturais propicia uma melhoria no tipo de trabalho oferecido na região, no tipo de produto consumido na localidade, “mudanças na grade curricular”⁶ do ensino na localidade, etc.

Apoiado nestas informações foi possível confirmar que este tipo de atividade corresponde a uma opção de melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem no meio rural, pois ao mesmo tempo que fornece uma nova opção econômica, procura respeitar o meio natural e suas limitações, o modo de vida dessa comunidade através da preservação de sua identidade. Isto mostra que o turismo rural quando pensado dentro do conceito que consiste em uma atividade praticada em espaço rural, onde se tem uma

6 Cursos, treinamentos relacionados a educação ambiental e produção agrícola orgânica, etc.

forte presença de elementos naturais e possui como principal atrativo o modo de vida rural, pode ser um forte aliado na busca pelo desenvolvimento local.

4. Bibliografia

ALMEIDA, Joaquim Anécio, FROEHLICH, José Marcos e RIEDL, Mário (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BANDEIRA, Pedro S. e BECKER, Dinizar F. (org.). *Desenvolvimento Local-regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos*, Volume 1. Santa Cruz, RS: EDUNISC: 2000.

BRASIL. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Barros Il, Silvio M. e Penha, Denise N (coord.), Brasília, Embratur/Ibama, 1994.

EMBRATUR. *Oficina Nacional de Turismo Rural*. Brasília: Embratur, 2001.

_____. *Política nacional de turismo: diretrizes e programas 1996-1999*. Brasília: MICT/Embratur, 1996-1999.

LACKI, Pólan. *Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil / FAO – Escritório Regional da FAO para a América Latina, 1996.

LIMA, Marcos Costa. “Desenvolvimento sustentável, a crise do fordismo e os países periféricos.” In: RODRIGUES, Arlete Moysés (org.). *Meio Ambiente ecos da eco*. Campinas, SP: Departamento de Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Textos Didáticos nº 8 – março de 1993: 97-129.

RODRIGUES, Adyr Balatreri (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SÃO PAULO. *Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo*: São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Educação ambiental (CEAM), com apoio do núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAN) da UNICAMP, 1996.

SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Guia de Turismo Rural*. São Paulo: 2001.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras: (2000: 01-410)

TULIK, Olga. “Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural”. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2000: 136-143.

PALESTRA

ANÁLISE MACROECONÔMICA E ANÁLISE SETORIAL: CENÁRIOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB

*Glauco Rodrigues Carvalho**

É um imenso prazer estar aqui para falar de Análise Macroeconômica e Análise Setorial, um tema tão polêmico, tão complexo. Economia é uma Ciência que nós estudamos durante quatro anos e não dá para ser passada em uma hora e meia. Nosso objetivo aqui é mostrar um pouco do que a gente faz no dia a dia, das principais variáveis que utilizamos para fazer as análises, para criar as projeções, para fazermos os cenários.

O que preparei para discutirmos hoje tem três focos. Inicialmente, vamos fazer uma análise das principais variáveis macroeconômicas e como elas se relacionam. A partir daí vamos falar um pouco sobre perspectivas. Preparei um cenário básico e mais dois outros, que são os cenários alternativos para o crescimento do PIB, taxa de câmbio, taxa dos juros, dívida pública, etc. Por fim, iremos mostrar uma análise setorial de bens de capital.

O que quero mostrar primeiro são os desafios da economia brasileira, o que nós esperamos e o que gostaríamos: um crescimento com estabilidade e distribuição de renda. Este é o nosso principal desafio. Crescer, tudo bem nós podemos crescer, mas esse crescimento se sustenta? Não adianta crescer em um ano e não crescer no outro, como vem acontecendo ultimamente e que denominamos *stop and go*. Estamos em uma trajetória em que o último ano que realmente houve um crescimento maior foi em 2000. Em 1999 não crescemos, nem em 2001 ou 2002. Em 2003 nós até diminuimos. E em 2004 nós vamos crescer. Agora, o que é preciso para haver um crescimento sustentável, com estabilidade de preços e melhor distribuição de renda?

O crescimento do PIB é influenciado por decisões de gastos, seja pelo consumo das famílias ou pelo investimento. O consumo das famílias vai gerar emprego, que vai gerar renda e à medida que temos mais renda, temos uma disponibilidade maior de crédito e de gastos e assim por diante. Vejam o que ocorre hoje e que está presente nos discursos dos analistas econômicos dos grandes bancos: temos uma disponibilidade de crédito, mas essa disponibilidade bate num limite, porque o risco do tomador de crédito aumenta à medida que a renda está deprimida. Isto posto, o banco não empresta ou então embute o *spread* elevado na operação. Então a grande questão é melhorar a renda. Porque tendo renda e crédito se estimula o consumo das famílias e o crescimento da economia. O outro pilar é o investimento, então vamos ver: se você tem demanda por produtos e serviços, auto-financiamento com recursos próprios ou crédito, você tem investimentos. Estes geram emprego, que geram renda, que geram crédito, que geram consumo e aí se consegue os gastos da economia e um crescimento a médio e longo prazo.

** Palestra: Dia do Economista -2004
Consultor da MB Associados*

Um outro fator importante e que influencia as decisões de gastos (consumo e investimento) é a análise de expectativas. Em economia se trabalha sempre com elas. Se a expectativa é favorável, se o consumidor está mais confiante e disposto a gastar, o efeito multiplicador sobre a economia acontece com um dinamismo muito maior. Algumas variáveis que influenciam essas expectativas são fatores políticos, condições da política econômica e fatores internacionais, porque hoje qualquer choque de petróleo – e atualmente estamos falando em preços do barril em torno de 40, 45 dólares, certamente em patamar superior ao dos últimos anos – influencia a economia brasileira. Hoje o impacto da alta do preço do petróleo é maior na inflação do que no saldo comercial.

Há os fatores políticos. Todo mundo lembra quando o Lula ganhou a eleição e que o papel das expectativas orientou o caminho das variáveis econômicas. As indecisões eram: “qual vai ser a proposta desse governo para a política monetária, qual vai ser a proposta para a política fiscal, para a política de incentivos em relação aos investimentos? A taxa de câmbio bateu em 4,00 reais por dólar. Alguns indicadores de expectativa que utilizamos são: Índice de Intenções do Consumidor - um índice divulgado mensalmente pela Federação de Comércio do Estado de São Paulo; ou Índice Nacional de Expectativas do Consumidor (da Confederação Nacional da Indústria); Sondagem das Expectativas do Consumidor (da Fundação Getúlio Vargas); Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação (também da FGV); Índice de Confiança dos Empresários Industriais (esse para descobrir se o empresário está disposto a investir mais) e, por fim, uma pesquisa de opinião da FIESP.

E aqui cito o Índice de Intenção dos Consumidores. Sempre que ele aumenta, está dizendo que o consumidor está mais disposto. E sempre que o consumidor está mais disposto, ele começa a gastar um pouco mais. Ninguém aqui quando está muito triste ou com a confiança baixa sai gastando, certo? Se você não tem uma perspectiva de melhoria de emprego, de renda, seu consumo não aumenta. Por trás deste índice há condições atuais e futuras. Então podemos dizer que se daqui a um ano ou seis meses tenho a perspectiva de conseguir um emprego ou um aumento de salário de 20%, fico mais propenso a gastar. É o famoso “vamos gastar por conta”.

Cito ainda Evoluções de Intenções de Investimento, que é uma pesquisa da FIESP. Eles perguntam aos empresários: “a partir de que momento o setor poderia ampliar os investimentos previstos?” No segundo trimestre de 2003, 30% dos investidores se colocavam dispostos a realizar tais investimentos. Em dezembro de 2003, 85% dos empresários entrevistados pretendiam investir em seu setor. Em março de 2004, 89%. Claramente um bom número de setores tem investimentos programados.

Dando continuidade à análise das variáveis econômicas, coloco as relações entre a economia internacional e a economia brasileira. No âmbito internacional é interessante para nós o fluxo comercial – e aí nós temos recordes de exportação mês após mês, ano após ano – e o fluxo financeiro (investimentos estrangeiros diretos no País). Na economia

brasileira, diferenciamos o setor público e o privado. No setor público temos de relevante a alocação e magnitude dos gastos públicos, arrecadação e necessidades de financiamento (afetado diretamente pela taxa de juros). Nós temos uma chamada dívida interna que é atrelada à taxa de juros e à medida que os juros sobem, ela se eleva. Mais à frente veremos o comportamento dessa dívida. Duas variáveis importantes neste ambiente internacional e interno são a taxa de câmbio e a relação entre taxa de juros interna e internacional, pontos que também veremos adiante.

De posse das diversas variáveis mencionadas até aqui é preciso definir o objetivo de uma política monetária e fiscal, que irá variar em função de: ritmo de crescimento; comportamento da inflação (isto temos visto em todos os jornais diariamente); condicionantes da inserção internacional; relação público-privado. Especificamente para a política monetária, pode-se dizer que ela irá monitorar, através da taxa de juros de curto prazo, a demanda (o ritmo de crescimento) para que não haja pressões sobre os preços. Ou seja: se você tem uma demanda maior que a oferta – e aí todos os alunos presentes de Economia sabem – os preços sobem. E se os preços sobem nós estamos falando em inflação maior.

Para conter a demanda (consumo, principalmente) sobe-se a taxa de juros de curto prazo. Assim, os juros sobem, o crédito fica mais caro, a demanda por crédito diminui e implica em redução do consumo de bens sensíveis à crédito (bens de consumo duráveis). Finalmente, essa retração do consumo dificulta o repasse de preços ao consumidor.

Já para o longo prazo, a taxa de juros é influenciada também por vários fatores: oferta e demanda de recursos de longo prazo; prazo, risco, previsibilidade; herança da alta inflação no Brasil (instabilidade, prazos curtos); juro de longo prazo contém prêmio pelo risco (juro longo maior que juro curto); financiamento interno e internacional; relação entre taxas de juros interna e internacional (taxa de câmbio e risco país).

Vamos aos pontos que queremos colocar como centro desta apresentação:

1. Mesmo com crescimento tão baixo (-0.2% em 2003, estamos com 3,6% este ano e com previsão de irmos para 4%), a inflação é derivada por um excesso de demanda? Temos aqui a discussão sobre diferentes pressões sobre preços e política monetária.

2. Porque cada vez que a taxa de câmbio fica muito pressionada, a taxa de juros tende a subir? Discussão sobre câmbio e juros.

3. Porque nossa taxa de juros é tão mais alta que nos países desenvolvidos ou mesmo em relação a países com nosso padrão de desenvolvimento? Discussão sobre nível de endividamento externo e do setor público brasileiro.

Então vamos ao primeiro: diferentes pressões sobre preço e a política monetária. O que nós temos? Duas pressões sobre o preço, uma pressão de demanda e uma pressão de custos. Uma pressão de demanda implica demanda maior do que oferta. E isso aumenta os preços e conduz a uma política monetária restritiva. O outro ponto, as pressões de custos (choques) como, por exemplo, a quebra de safra agrícola – este ano tínhamos uma previsão de colher 60 milhões de toneladas de soja e o resultado final foi de 50 milhões de toneladas, desaparecendo do mercado 10 milhões de toneladas (seja por ferrugem asiática, clima, por questões sanitárias.... Outros choques: crise de energia elétrica ou a subida dos preços de petróleo. Este último vimos e estamos vendo acontecer atualmente. Neste caso, a política monetária restritiva não pode fazer nada diretamente contra choque, mas pode ser monitorada para conter o repasse (*pass-through*) dos custos aos preços finais (IPC). Quanto mais fraca a demanda, mais difícil fica repassar aumentos de custo.

No momento atual existe uma grande preocupação com o comportamento da inflação, porque a demanda começou a crescer, ainda que de uma forma lenta e gradual. Em função disso, vários setores vão tentar fazer repasses ao consumidor a fim de recompor as margens de lucro perdidas nos últimos anos. E aí gera-se um processo inflacionário mais forte. O risco eu diria não é tanto para este ano – este ano nós temos uma meta de 5,5% que pode variar 2,5% para cima ou para baixo. Teríamos um espaço até 8. O problema é mais para o ano de 2005, cuja meta é de 4,5%. Com essa meta, vamos raciocinar: só de IGPM neste ano devemos fechar próximo a 11%. Com isso dizendo que 11% se traduz em repasses de tarifas públicas para o próximo ano. Como a meta é muito ajustada, muito baixa, será necessário uma política monetária austera de tal modo que a taxa de juros poderá subir nos próximos meses.

Vamos ver o índice de preços de commodities (CRB), que leva em consideração 22 commodities entre agrícolas e não agrícolas. Se observarmos desde 2002 temos uma escalada de preços que se acentuou de maneira muito expressiva no final do ano passado. Por trás disso temos aumento significativo de preço de petróleo e de outras commodities não agrícolas, puxadas por uma demanda crescente da China, um país que consome de tudo e cresce a taxas espetaculares (aliás a China já está tendo problemas domésticos de superaquecimento, ou seja, o crescimento é muito rápido e a infra-estrutura existente não o acompanha). O fato é que essa demanda da China cresceu de forma muito significativa. Também por trás da alta do índice de commodities tem quebras de safra agrícola mundial, com dois anos de seca nos EUA, que é um dos grandes produtores mundiais de commodities. Bem, vimos vários exemplos de choques de oferta e inflação de custos.

Mas e a questão da demanda? Hoje existe um debate se a inflação é derivada de demandas ou de custos. Se fosse de demanda não veríamos o imenso diferencial entre os índices de preço ao consumidor e no atacado. Vejam que o índice de preços no atacado seja agrícola ou industrial tem apresentado variação bem acima do índice de

preços ao consumidor. Ou seja a demanda não está absorvendo grandes repasses de custos. Isso mostra um pouco que a inflação que se tem é uma inflação de custos.

Vamos agora ao segundo ponto: câmbio e juros. Porque o Brasil é tão sujeito a pressões altistas na sua taxa de câmbio? Pela sua vulnerabilidade externa, que se traduz em: dívida externa relativamente elevada com encargos financeiros elevados (acumulados no passado); níveis de reservas relativamente baixas; grande dependência de um cenário financeiro internacional favorável para que os credores internacionais estejam dispostos a investir.

Neste ponto vale mencionar o famoso Risco País, que é um indicador de como nossos credores avaliam a situação do país como devedor. Ele é afetado por fluxos financeiros internacionais, performance do comércio exterior brasileiro (como as nossas exportações têm batido vários recordes, este é um fator positivo para reduzir o risco); avaliação da política econômica em termos de previsibilidade e sustentabilidade e, por fim, confiança política.

Nós colocamos aqui três exemplos de países emergentes, China, Brasil e Índia, e que são países que vivem na mesa do grande investidor. E, hoje, o que estamos vendo em termos de grandes investimentos? Vemos a China que deve receber este ano algo em torno de 500 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros, algo fenomenal. Vamos então comparar o que explica a diferença do Brasil em relação aos demais. Primeiro, vamos pegar indicadores básicos, referentes a 2001: (1) PIB: enquanto no Brasil cresceu 1,0%, na Índia e China houve aumento de 4,0% e 8,0%, respectivamente; (2) comércio exterior: enquanto temos percentual de 23% do PIB, a China tem de 49% do PIB e a Índia 28%; (3) a dívida externa: enquanto no Brasil é de US\$ 220 bilhões, na China é de US\$ 146 bilhões e na Índia de US\$ 99 bilhões. Agora vamos criar indicadores de vulnerabilidade: (1) a relação reservas/dívidas de curto prazo no Brasil é de 1,0%, na China é de 8,0% e na Índia 6%, portanto o Brasil tem poucas reservas para honrar os compromissos de curto prazo; (2) relação dívida externa sobre exportação de bens e serviços: enquanto a nossa é de 330%, na China é de 61% e na Índia de 131%. Além desses temos outros indicadores que também são igualmente piores no caso brasileiro, como relação a serviços da dívida externa sobre as exportações de bens e serviços e o pagamento de juros sobre exportação de bens e serviços, para ficar nos principais... Então, quando a gente olha esses números e se coloca do outro lado da mesa, como investidor, qual se escolhe? Investir no Brasil, na China ou na Índia? São avaliações que temos que fazer e o Brasil precisa procurar, de uma forma ou de outra, melhorar.

Existem algumas coisas que já vêm sendo feitas para diminuir a dívida interna: diminuir a rolagem e reduzir indexação a taxa de câmbio. O problema é que às vezes desindexa a dívida da taxa de câmbio e coloca-a indexada à taxa de juros, que começa a subir. Isso não vai resolver? Estamos com uma dívida ao redor de 57% do PIB e com grande parte indexada, seja a câmbio ou à taxa de juros. Para melhorarmos isso precisa-

mos crescer de uma forma mais sustentada, a taxas superiores a 5,0% ao ano. Para isso precisamos de investimentos.

Além dos indicadores de vulnerabilidade apresentados anteriormente, outro aspecto que prejudica nossa avaliação para investimentos estrangeiros é a carga tributária. Este ano devemos atingir o patamar de 36,5% do PIB, em 1998 estávamos em 29,7%. É um verdadeiro absurdo essa evolução e, pelo que estamos presenciando (PIS/Cofins) poderá subir mais. Ora, é difícil imaginar investimento produtivo e em larga escala com a atual estrutura tributária, sem falar em custo de capital, encargos trabalhistas, infra-estrutura precária e outros aspectos negativos do Custo Brasil.

Exposto todo esse arcabouço de variáveis vamos falar um pouco de perspectivas. Qual o caminho para um crescimento significativo e sustentável do PIB com distribuição de renda?. Um bom caminho vem do setor externo, atualmente nossa maior virtude. Estamos conseguindo um belo superávit comercial, que sustenta um ajuste na conta corrente. Esse crescimento nas exportações implica também em crescimento do PIB. Na mesma direção, o bom superávit comercial implica em estabilidade da taxa de câmbio. Assim, o que precisa para fechar o raciocínio é de uma política monetária monitorando a demanda agregada e uma redução da taxa de juros, que teremos um crescimento do PIB, inicialmente puxado pelo setor externo e, em seguida, pelo mercado doméstico, via recuperação do emprego, renda, crédito e investimento. Aí conseguiremos dar continuidade no ajuste fiscal. Porém, não podemos esquecer que do cenário internacional também vem o maior risco. Basta lembrar das crises da década de noventa que abortaram nosso crescimento.

Para finalizar a parte macroeconômica preparamos três cenários de longo prazo de crescimento da economia. Um cenário básico (continuidade), um cenário otimista (arranque) e outro pessimista (crise), que seria o pior dos mundos. Achamos que o primeiro cenário é o mais provável, com 60% de probabilidade de ocorrer. Os outros dois com 25% e 15%, respectivamente. Para os dois primeiros cenários, supomos como hipótese econômica internacional que: não há maior restrição de financiamento ao mundo emergente; a China diminui seu ritmo de expansão (de 10% -12% para 8% a.a.) e o preço do petróleo permanece pressionado (US\$ 30 a 35/ barril), mas não comprometeria o cenário de crescimento da economia internacional. Para o mercado interno, supomos que há raios de manobra para aperfeiçoamentos na condução das políticas macro e microeconômicas e também que haja capacidade de formulação e articulação política para levá-las adiante.

Para o cenário básico prevemos crescimento do PIB no patamar de 3,0% ao ano até 2009, com a relação dívida/PIB chegando a 52%. A taxa de câmbio depreciando lentamente até atingir 4 reais por dólar em 2009 e uma inflação, medida pelo IPCA, no patamar 5,5%. Já no cenário otimista, a perspectiva é de um crescimento do PIB na casa de 5,5% e uma relação dívida/PIB chegando em 44,8% em 2009. O que diferencia estes

dois cenários é o fato de que no segundo (otimista) as medidas necessárias em termos de reformas, papel das agências reguladoras, arbitragem do presidente, entre outras coisas, caminham mais rápidas.

Por fim, no cenário pessimista, que eu nem gosto de mostrar, a taxa de crescimento do PIB é nula e a taxa de câmbio ultrapassa os 4 reais por dólar já em 2006/2007. Neste caso, a inflação fica próxima de 9%-10%. Este é um cenário muito adverso no contexto internacional. No mercado interno esse cenário iria refletir também em uma manobra política e de política econômica muito limitada e adversa pelos formuladores.

Bem pessoal, é isso que eu gostaria de mostrar no âmbito macroeconômico e espero que vocês tenham gostado e aprendido um pouco. Estamos com o tempo esgotado e portanto, a análise detalhada da indústria de bens de capital ficará para uma outra oportunidade. Assim, irei comentar rapidamente do que se trata.

Análise setorial é uma técnica que procura não apenas entender o desempenho apresentado por um setor específico, mas também antever seu comportamento futuro, com base no exame dos principais fundamentos que interferem nas condições de oferta e demanda do referido setor. Trata-se de um importante instrumento de auxílio na identificação de oportunidades de negócios e fatores de risco. Assim, não basta apenas dispor de grande volume de informações setoriais (embora seja isto importante pré-requisito para a análise), é necessário também organizá-las com os objetivos de compreender a trajetória realizada no passado pelos principais indicadores setoriais (normalmente, quantidade e preço) e prever que rumo esses indicadores deverão tomar no futuro.

Passando direto para o final de nossa apresentação, o que eu diria é que o setor de bens de capital possui um enorme potencial de crescimento no mercado brasileiro. Basta vocês analisarem o déficit que temos em infra-estrutura: estradas, ferrovias, armazéns, portos. Isso sem falar em saneamento e energia elétrica. Portanto, é um setor de grandes oportunidades, mas que precisa de um posicionamento governamental, em termos de criação de regras claras e um ambiente de respeito a contratos, que possibilite atração de investimentos de longo prazo.

É isso, muito obrigado pelo convite da Universidade, pela presença e atenção dos alunos aqui presentes neste dia do economista... espero que eu tenha contribuído minimamente para a formação de vocês. Novamente, obrigado...

NOTÍCIAS

CARTA DE ARAXÁ

Em terras mineiras, nas serras de Araxá, lugar alto de onde primeiro se avista o sol, o sexto Fórum Mineiro de Turismo Rural, reuniu empreendedores rurais, acadêmicos, técnicos da área, comunidade local, operadoras e agências de viagens, além de representantes do poder público e privado do Município, Estado e da Nação.

Em raras oportunidades como esta, quando se consegue reunir em um mesmo local diferentes e representativos segmentos sociais, com distintos conhecimentos, que se encontram para comungar idéias, debater e analisar um tema, é possível identificar valores e posicionamentos que merecem ser relatados.

Reconhece-se que o segmento de Turismo Rural faz parte da realidade turística nacional e se encontra em profundo processo de desenvolvimento e transformação. Mas, considera-se de fundamental importância que a atividade se mantenha unificada nacionalmente, respeitando, entretanto, as diversidades locais.

Reconhece-se que a atividade turística rural no Estado de Minas Gerais vem se desenvolvendo nestes últimos dez anos, transformando-se em um dos grandes destinos do turismo rural brasileiro. Todavia, considera-se de fundamental importância que este segmento continue trilhando os caminhos de valorização da cultura rural, da interpretação, da busca do entendimento histórico local, do empreendedorismo e profissionalismo.

Reconhece-se que os programas de regionalização, de circuitos, caminhos, rotas, entre tantas outras nomenclaturas, transformaram-se em realidades nos espaços turísticos rurais mineiros, demonstrando a união entre os diferentes elementos da cadeia social produtiva. Considera-se que estes programas são de fundamental importância para o desenvolvimento e fortalecimento da atividade, mas, faz-se necessário, sempre, a combinação cuidadosa dos atributos, das aptidões locais e da potencialidade real.

Reconhece-se que a visão associativa é de fundamental importância para o desenvolvimento e fortalecimento do Turismo Rural mineiro, e acredita-se que a cooperação mútua, o associativismo e a parceria são o caminho para o progresso e união da sociedade. Propõe-se que todo e qualquer programa sob esta perspectiva envolva os segmentos e entidades afins, e que estes sejam divulgados a todos os parceiros com objetivos comuns, a fim de que não se percam iniciativas e esforços.

Reconhece-se a importância do fortalecimento dos programas de parcerias com o poder público e privado, mas considera-se fundamental à valorização da autonomia empresarial focando o empreendedorismo.

Reconhece-se como realidade do Turismo Rural mineiro a integração com distintos segmentos como turismo de eventos, ecoturismo, aventura entre outros, sem perder sua característica de valorização da cultura rural e preservação do meio ambiente.

Reconhece-se a Diretriz Nacional de Turismo Rural, apresentada pelo Ministério do Turismo, através da sua Secretaria de Políticas de Turismo, e propõe-se que o Ministério apóie por seu órgão competente, a Embratur, o projeto Brasil Rural Mineiro como destino da Comunidade Européia.

Reconhece-se as Diretrizes de Turismo do Estado de Minas Gerais apresentadas pela sua Secretaria de Turismo do Estado. Considera-se de muita importância a integração do segmento de turismo rural nestas.

Reconhece-se de fundamental importância o encaminhamento do Projeto de Lei do Turismo rural pelo Governo do Estado a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Propõe-se o desenvolvimento da Federação Mineira de Turismo Rural, que deverá reunir as diversas associações regionais representativas, diretamente coligadas à associação nacional representativa em programa de Confederação Nacional.

Reconhece-se a ABRATURR, Associação Brasileira de Turismo Rural como Associação Nacional representativa do segmento, e propõe-se que ela receba em seu quadro, Associações Estaduais Federativas, como elo de apoio ao programa de desenvolvimento regionalizado do Turismo Rural Nacional

Propõe-se a implementação de um Banco de Dados com todos os empreendimentos mineiros, para que se possa dar embasamento prático e teórico nas atividades do segmento, estimulando, assim, o desenvolvimento e a pesquisa da atividade.

Propõe-se que o empreendedor rural mineiro fomente sua atividade de Turismo Rural com foco empreendedor, de capacitação dos empresários e da mão de obra local, com a visão da gestão e organização, mas sem perder o jeito próprio e a mineiridade por essência.

Propõe-se que o empreendedor do Turismo Rural mineiro mantenha uma consciência ambiental, pois o meio ambiente faz parte do seu produto de origem. Acredita-se que o Turismo Rural mineiro é um produto específico e tradicional que não deve procurar a massificação, pois há a necessidade de preservação.

Procura-se portanto a consolidação do Turismo Rural Mineiro com a Carta de Araxá, assim, é permitido fazer das palavras do educador Paulo Freire nossas palavras: " É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que, num dado momento, tua fala seja tua prática".

Congressistas

Araxá, 31 de março de 2004

1. MANUAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

O presente manual foi elaborado pela equipe do **Departamento de Promoção Comercial (DPR)** do **Ministério das Relações Exteriores**, em cooperação com a **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)** da **Universidade de São Paulo (USP)**.

O **DPR**, que é titular exclusivo dos direitos de autor (*), permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.

** Este manual foi registrado no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional (Registro número 200.732, Livro 346, folha 392).*

2. IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE EXPORTADORA - POR QUE EXPORTAR?

Dentre as vantagens que a atividade exportadora oferece às empresas, podem ser assinaladas as seguintes:

- **maior produtividade** - exportar implica aumento da escala de produção, que pode ser obtida pela utilização da capacidade ociosa da empresa e/ou pelo aperfeiçoamento dos seus processos produtivos; a empresa poderá, assim, diminuir o custo de seus produtos, tornando-os mais competitivos, e aumentar sua margem de lucro;

- **diminuição da carga tributária** - a empresa pode compensar o recolhimento dos impostos internos, via exportação:

- a. os produtos exportados não sofrem a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

- b. o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tampouco incide sobre operações de exportação de produtos industrializados, produtos semi-elaborados, produtos primários ou prestação de serviço;

- c. na determinação da base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são excluídas as receitas decorrentes da exportação;

- d. as receitas decorrentes da exportação são também isentas da contribuição para o e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); e

- e. o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aplicado às operações de câmbio vinculadas à exportação de bens e serviços tem alíquota zero.

- **redução da dependência das vendas internas** - a diversificação de mercados (interno e externo) proporciona à empresa maior segurança contra as oscilações dos níveis da demanda interna;

- **aumento da capacidade inovadora** - as empresas exportadoras tendem a ser mais inovadoras que as não-exportadoras; costumam utilizar número maior de novos processos de fabricação, adotam programas de qualidade e desenvolvem novos produtos com maior frequência;

- **aperfeiçoamento de recursos humanos** - as empresas que exportam se destacam na área de recursos humanos: costumam oferecer melhores salários e oportunidades de treinamento a seus funcionários;

- **aperfeiçoamento dos processos industriais** (melhoria na qualidade e apresentação do produto, por exemplo) e **comerciais** (elaboração de contratos mais precisos, novos processos gerenciais, etc.) - a empresa adquire melhores condições de competição interna e externa;

- **imagem da empresa** - o caráter de "empresa exportadora" é uma referência importante, nos contatos da empresa no Brasil e no exterior; a imagem da empresa fica associada a mercados externos, em geral mais exigentes, com reflexos positivos para os seus clientes e fornecedores.

Em resumo, a exportação assume grande relevância para a empresa, pois é o caminho mais eficaz para garantir o seu próprio futuro em um ambiente cada vez mais competitivo, que exige das empresas brasileiras plena capacitação para enfrentar a concorrência estrangeira, tanto no Brasil como no exterior.

Para o Brasil, a atividade exportadora tem também importância estratégica, pois contribui para a geração de renda e emprego, para a entrada das divisas necessárias ao equilíbrio das contas externas e para a promoção do desenvolvimento econômico.

2.1. A internacionalização da empresa

A internacionalização da empresa consiste em sua participação ativa nos mercados externos. Com a eliminação das barreiras que protegiam no passado a indústria nacional, a internacionalização é o caminho natural para que as empresas brasileiras se mantenham competitivas. Se as empresas brasileiras se dedicarem exclusivamente a produzir para o mercado interno, sofrerão a concorrência das empresas estrangeiras dentro do próprio País. Por conseguinte, para manter a sua participação no mercado interno, deverão modernizar-se e tornar-se competitivas em escala internacional. A atividade exportadora, contudo, não é isenta de dificuldades, inclusive porque o mercado externo é formado por países com idiomas, hábitos, culturas e leis muito diversos, dificuldades essas que devem ser consideradas pelas empresas que se preparam para exportar.

As empresas podem participar do mercado internacional de modo ativo e permanente, ou de maneira eventual. Em geral, o êxito e o bom desempenho na atividade

exportadora são obtidos pelas empresas que se inseriram na atividade exportadora como resultado de um **planejamento estratégico**, direcionado para os mercados externos.

2.2. Etapas da internacionalização da empresa

As empresas podem ser classificadas segundo as seguintes categorias, as quais revelam as etapas do caminho a ser percorrido até se transformarem em **exportadoras ativas**:

- **não interessada**: mesmo que eventualmente ocorram manifestações de interesse por parte de clientes estabelecidos no exterior, a empresa prefere vender exclusivamente no mercado interno;
- **parcialmente interessada**: a empresa atende aos pedidos recebidos de clientes no exterior, mas não estabelece um plano consistente de exportação;
- **exportadora experimental**: a empresa vende apenas aos países vizinhos, pois os considera praticamente uma extensão do mercado interno, em razão da similaridade dos hábitos e preferências dos consumidores, bem como das normas técnicas adotadas;
- **exportadora ativa**: a empresa modifica e adapta os seus produtos para atender aos mercados no exterior - a atividade exportadora passa a fazer parte da estratégia, dos planos e do orçamento da empresa.

2.3. Considerações importantes

As empresas brasileiras interessadas em transformar-se em **exportadoras ativas** devem ter, entre outros, os seguintes cuidados:

- a. para a conquista do mercado internacional, as empresas não devem considerar a exportação como uma atividade esporádica, ligada às flutuações do mercado interno - parcela de sua produção deve ser sistematicamente destinada ao mercado externo;
- b. a empresa exportadora deverá estar em condições de atender sempre às demandas regulares de seus clientes no exterior;
- c. a concorrência internacional é derivada, entre outros fatores, da existência de maior número de exportadores do que de importadores, no mundo - outros fornecedores potenciais estarão buscando conquistar os mercados já ocupados pelas empresas brasileiras;
- d. os exportadores brasileiros devem saber utilizar plenamente os mecanismos fiscais e financeiros colocados à sua disposição pelo Governo, a fim de aumentar o grau de competitividade de seus produtos; e

e. todas as comunicações recebidas de importadores externos devem ser respondidas, mesmo que, em um determinado momento, o exportador não tenha interesse ou condições de atender aos pedidos recebidos - o bom diálogo com os importadores, tanto efetivos como potenciais, prepara o campo para vendas futuras.

3. ACESSO AOS MERCADOS INTERNACIONAIS - O QUE EXPORTAR E PARA ONDE EXPORTAR?

3.1. Definição do que exportar

O primeiro passo para a empresa que deseja exportar é definir **O QUE** venderá nos mercados estrangeiros. Deve a empresa identificar, dentro de sua linha de produtos, aqueles que atendam às necessidades e preferências dos consumidores dos mercados estrangeiros a serem explorados. Para tanto, é preciso que a empresa reúna a maior quantidade possível de informações sobre o país ou países para os quais deseja exportar. Nessa tarefa, as empresas brasileiras podem contar com o apoio do Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que efetua pesquisas de mercado, no exterior, prepara informações sobre produtos brasileiros com potencial de exportação, identifica oportunidades de exportação, orienta exportadores sobre como exportar para este ou aquele mercado. As empresas interessadas em obter informações comerciais sobre as possibilidades de exportação para um determinado mercado deverão cadastrar-se na *BrazilTradeNet*, site do MRE.

Após obter informações sobre potenciais compradores no exterior, deve a empresa brasileira contatá-los diretamente para informar sobre o seu interesse em exportar e para fornecer dados adicionais sobre o seu perfil e os seus produtos.

É útil para o empresário realizar viagens ao exterior, com o objetivo de explorar mercados potenciais para suas exportações, em contato direto com importadores e consumidores, bem como participar de feiras comerciais no exterior. Para a organização de sua agenda de contatos no exterior, o empresário pode contar com os serviços da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) do DPR. Cabe também contatar a respectiva associação de classe, sempre que houver interesse em participar de missão comercial ou feira no exterior.

Importante, igualmente, é a participação em feiras e exposições no Brasil, que são visitadas por empresários de outros países. Via de regra, ocorrem nessas feiras e exposições importantes contatos comerciais, que podem resultar em operações de exportação.

Uma vez identificados os mercados de destino e o tipo de produto que atende ao consumidor estrangeiro, a empresa que deseja ter participação ativa no mercado internacional deverá adaptar parte de sua linha de produção para gerar, de forma sistemática,

os bens destinados ao mercado externo. Como decorrência, o mercado internacional passa a estar incorporado ao dia-a-dia da empresa.

O sistema de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores tem como objetivo primordial aproximar a oferta exportável brasileira da demanda mundial. Seu principal instrumento é a **BrazilTradeNet**, sistema via Internet para captação e disseminação de informações sobre oportunidades de exportação de produtos/serviços brasileiros e sobre oportunidades de investimentos estrangeiros.

O Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do Departamento de Promoção Comercial (DPR), tem desenvolvido um amplo trabalho de promoção comercial no exterior, com vistas ao aumento e à diversificação das exportações brasileiras. No exterior, o DPR presta apoio aos exportadores brasileiros por meio de uma rede de 52 Setores de Promoção Comercial (SECOMs), que integram as estruturas de Embaixadas e Consulados-Gerais do Brasil em 48 países.

O DPR, por intermédio de suas três Divisões (Divisão de Informação Comercial - DIC, Divisão de Operações de Promoção Comercial - DOC e Divisão de Programas de Promoção Comercial - DPG), presta apoio às empresas brasileiras nas seguintes áreas principais:

- identificação de potenciais importadores estrangeiros de bens e serviços;
- identificação de oportunidades de negócios (exportação de bens e serviços e captação de investimentos estrangeiros);
- fornecimento de dados econômicos e técnicos de interesse para a atividade exportadora;
- divulgação, no exterior, de listas de produtos e serviços oferecidos por empresas brasileiras;
- divulgação de pesquisas de mercado, elaboradas no exterior;
- apoio à participação em feiras e exposições no exterior;
- organização de missões comerciais e viagens de negócios;
- elaboração e divulgação de publicações de interesse para o exportador brasileiro;
- capacitação e treinamento de recursos humanos.

Cabe ter presente, ainda, que a Agência de Promoção de Exportações (APEX), atuando em coordenação com o Departamento de Promoção Comercial (DPR), apoia

projetos de promoção de exportações, apresentados por instituições sem fins lucrativos, que contemplem ações de desenvolvimento da oferta exportável (adequação de produtos e melhoria de processos), bem como outras ações promocionais (feiras, missões, elaboração de catálogos, encontros de negócios). As empresas interessadas em contar com o apoio da APEX devem procurar as entidades e associações de classe que as representam ou o SEBRAE do respectivo Estado, para obter mais informações sobre os programas da APEX, aderir a projetos em execução ou participar da elaboração de um novo projeto a ser apresentado àquela agência.

RESENHAS

SINTAXE DA LINGUAGEM VISUAL

Donis A. Dondis

Editora Martins Fontes, 4ª tiragem, 236 páginas, 2003

A necessidade de se conseguir ler a produção da comunicação visual é a nova realidade para se sair de um novo analfabetismo gerado pela Sociedade da Informação. É necessário Ver. Ler e Perceber as formas, combinações dos elementos básicos, da sintaxe dos comunicados dos meios de visuais tanto da gramática do visual do design quanto da informação.

O alfabetismo visual permite o domínio sobre o modismo e controle de seus efeitos. Alfabetismo significa participação, e transforma, a todos que alcançaram-no, em observadores menos passivos. Eleva nossa capacidade de avaliar acima da aceitação ou recusa meramente intuitiva de uma manifestação qualquer, uma preocupação que o educador deve ter para uma promessa de enriquecimento humano para o futuro, afirma Donis.

Na nova Sociedade a informação passa ser a matéria prima básica, o Marketing uma ferramenta imprescindível para se conjugar lucro e crescimento auto-sustentável, a permuta da palavra pelo visual, da compreensão adquirida por formas de átomos por formas de bits, segundo Negroponte em sua obra Vida Digital.

Considerar-se instruídas as pessoas não apenas pelo domínio da linguagem textual, mas também pela linguagem visual e, assim, a abertura das portas para o entendimento e para o controle dos meios visuais. Um novo desafio aos educadores, gerado pelo alfabetismo visual.

Este processo não pode ser elitista, devendo ser introduzido desde o ensino fundamental, tal como a inclusão do mundo digital da Telemática visto que “a consciência da substância visual é percebida não apenas através da visão, mas através dos sentidos, e não produz segmentos isolados e individuais de informação, mas sim unidades interativas integrais, totalidades, através da visão e da percepção” (Donis, 228), para se ir além do analfabetismo de soletração das letras.

Com a Revolução Industrial não se produz mais por encomenda mas por fins especulativos e os meios de comunicação entram em cena para escoar o excesso e condição para preencher a lacuna da relação entre criador e usuário. O equilíbrio entre a utilidade e o público cada vez mais se rompe decorrente da função e mensagem dos meios e seus movimentos de expressão artística como Arquitetura, Pintura, Escultura, Ilustração, Design Gráfico, Artesanato, Desenho Industrial, Fotografia, Cinema e Televisão.

** Livia Regina Santos Costa*

Graduação em Moda pela UNIP-SP

Pós graduação em Pedagogia do Ensino Superior Universitas-Irajubá-MG

Mestranda em História, historiografia e idéias educacionais Univ São Francisco-Itatiba-SP

Prof.de Artes no Ensino fundamental e médio da E.E.Prof.Circe T.Musa e Silva Atibaia-SP

Os elementos básicos da linguagem como o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a escala, a dimensão, o movimento são a substância básica daquilo que vemos, a ênfase como se apresentam nos meios materiais ou meio de expressão como a argila, o ferro, a tela, a tinta e o filme.

Donis afirma que na criação das mensagens visuais, o significado não se encontra apenas nos efeitos cumulativos da disposição dos elementos básicos, mas também no mecanismo perceptivo universalmente compartilhado pelo organismo humano. O resultado é a composição, a intenção. Ver e perceber.

O livro de Donis apresenta em capítulos: Caráter e Conteúdo do Alfabetismo Visual; Composição: fundamentos sintáticos do alfabetismo visual; Elementos básicos da comunicação visual; Anatomia da mensagem visual; Dinâmica e Técnicas visuais; Estilo visual; Função e mensagem das artes visuais.

Sintaxe da Linguagem Visual de Donis é um livro fundamental para que se entenda a passagem da alfabetização da escrita para o visual condição predominante neste novo ciclo do desenvolvimento econômico globalizante, da aldeia global de McLuhan.

MARKETING EDUCACIONAL FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO

*Marcos Cobra e Ryon Braga**
Editoras Cobra e Hoper, 148 páginas, 2004

O Fórum das Instituições de Ensino Superior Privado de Itajubá - FIESPI participa do Conselho de Desenvolvimento de Itajubá-MG – CODIT e, assim, assume uma responsabilidade pela expansão do ensino superior, de sua influência sobre os demais níveis de ensino e o desafio de tornar Itajubá num pólo formador e disseminador do conhecimento científico para a Região, o Estado e o País.

O lançamento do livro Marketing Educacional, um livro com experiência brasileira, vem de encontro a uma necessidade para esses desafios que as Instituições de Ensino Superior – IES deverão enfrentar

Hoje, são aproximadamente 6000 alunos em graduação superior e de acordo com o planejamento educacional proposto pela Rota Tecnológica 459 estimamos 10000 alunos cursando o nível superior para o ano 2010.

A tendência dos valores das mensalidades é cair cada vez mais devido à realidade da distribuição de renda e ao fato das instituições e cursos se transformarem numa commodity.

De 2000 a 2004 as IES privadas passaram de 1004 para 1858 unidades, respectivamente. A relação de candidatos vaga é de 1.6 (MEC/INEP 2002) o que mostra o mercado promissor do conhecimento.

500 mil alunos se diplomam e devem conviver com uma taxa decrescente de emprego na indústria , mercado para as profissões tradicionais

Dos 3,4 milhões de matrículas, foram encontrados os índices de 37% de vagas não preenchidas, 30% de índice de inadimplência, 40% de evasão (4 anos) para uma relação de 70% de IES PRIVADAS e 30% IES PÚBLICAS.

A profissionalização do setor é uma necessidade apontada pelos autores e mostram que o Marketing deverá ser uma preocupação no conjunto da gestão educacional, do planejamento com visão estratégica e de negócio da instituição como um todo e não apenas uma preocupação com a operacionalização e ações de divulgação .

** Alceu Antônio da Costa – Editor*
Prof. Dr. Administração Mercadológica - FACESM

É necessário estabelecer a segmentação dos clientes a partir do posicionamento estratégico definido pela instituição para não se cair na “commoditização”. Pela segmentação identifica-se o mercado permitindo, assim, realizar estratégias consistentes para que se alcance ações táticas produtivas.

Os autores realçam a necessidade de num ambiente competitivo com diferenças entre escolas diversas, tipos de alunos se criar valor – isto é conhecimento e relações. Conhecimento, habilitação e atitudes para o mercado de trabalho devem ser tratados quando da formação do aluno.

Para isto é oportuno o envolvimento dos funcionários, dos alunos e da Instituição nos projetos da Sociedade (Kotler, 73) como condição de se identificar o valor procurado pelo mercado e, assim, ampliar sua percepção sobre a restituição.

É mostrado como o Marketing age trabalhando com pessoas, criando identidade, fazendo os alunos serem parte do cenário, construindo suas experiências e conhecimento (49).

Marketing como Cultura associando os cursos à carreira, estimulando novos consumidores e os professores tornando os cursos mágicos ao mercado (55).

O desafio é unir mente e necessidade na conquista da fidelidade, credibilidade, qualidade, relevância e estima.

Cobra e Ryon mostram como o Composto da Comunicação pode criar um Ativo Fixo (boa vontade) para quem pode comprar. Um conceito de curso para cada segmento, o share of mind.

E complementando o uso das ferramentas dos 4P's- Produto, Preço, Ponto e Promoção anexa o uso das novas tecnologias de informação CRM- customer relationship management usando os 4C's do Marketing para criar a magia em sala de aula.

Ressaltam sempre que é preciso prometer e cumprir e ser útil para o cliente.

NORMAS EDITORIAIS

1. ENCAMINHAMENTO

Enviar à coordenação do Departamento de Projetos Especiais, 01 cópia impressa do texto datilografado por e-mail com carta que conste a anuência para publicação.

2. EDITORAÇÃO

Laudas com 35 linhas , até 70 toques, corpo 12, Times New Roman, espaço 1.5, Word for Windows - recente. Figuras, gráficos, fotografia, tabelas, nítidas, com referência da fonte, já no corpo do texto, com estética, tamanho compatível da revista - 18x25cm.

3. ARTIGOS / TEMAS

Assuntos pertinentes aos objetivos da publicação, relatos, temas : título em português e inglês, autor e sua titulação, endereço, e-mail, dados do perfil acadêmico do autor, resumo (10 linhas), palavras chave (05), em português e inglês, introdução, desenvolvimento, conclusões/observações finais, bibliografia (até 15 páginas).

4. COMENTÁRIOS/ENTREVISTAS / PALESTRAS (até 10 páginas)

5. RESENHAS DE LIVROS / TESES (até 05 páginas)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas, redigidas segundo a norma da NBR- 6023/1989 da ABNT, deverão ser numeradas no texto, segundo a ordem alfabética com que se apresenta no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor.

7. Serão aceitos originais considerados inéditos para a publicação, embora tenham sido submetidos a processos considerados de domínio informal (congresso, seminários e similares), caso em que a referência ao evento deve constar em nota de rodapé.

8. Serão aceitos textos em português, espanhol, inglês ou francês, que se enquadrem nas linhas de pesquisa da Ciências Sociais Aplicadas.

9. Para publicação, o artigo será aprovado pelo menos por dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento do nome (s) do (s) autor(es) ou da instituição a que está vinculado - blind review. Somente o editor saberá o nome dos avaliadores.

10. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da

publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos o autor se encarregará da reformulação.

11. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres.
12. O revisor cuidará das provas tipográficas.
13. O conteúdo e as opiniões nos trabalhos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.
14. Os autores destinam seus direitos autorais referentes aos artigos publicados para a instituição da revista.
15. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que devidamente citada a fonte.
16. Nos trabalhos devem constar frases ou parágrafos para serem destacados, assim como a indicação da localização dos mesmos no texto.

NORMAS PARA LA PUBLICACIÓN

1. Se comunica que todos los trabajos deben ser elaborados dentro del programa Word for Windows- actual, por e-mail cpe@facesm, dentro de las siguientes categorías :
2. **Artículos:** deben ser textos de una extensión entre quince y veinte páginas . Contenido: análisis, reflexión y conclusión sobre temas académicos ou profesionales.
- 3 – **Comentarios:** deben ser textos de una extensión entre cinco e diez páginas . Contenido: apreciación y debates sobre las cuestiones de la actualidad comunicacional.
- 4 – **Reseñas:** deben ser textos de una extensión entre tres y cinco páginas . Contenido: registro y crítica de obras, libros, tesis etc., publicadas recientemente.

RULES FOR PUBLISHING

1. **Articles:** texts may have until fifteen pages. It should contain analysis, reflection and conclusion about academic or professional themes. By e-mail cpe@facesm.br

Revista CERECFacesm

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas – FACESM
 Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 45 Bairro São Judas Tadeu
 CEP: 37504-066, CP: 499, e-mail: cpe@facesm.br
 Itajubá – MG – Brasil

PEDIDO DE ASSINATURA ANUAL**VALOR DA ASSINATURA:** R\$ 20,00.

Nome: _____
 Instituição de Ensino: _____
 Endereço: _____
 CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
 Fone: _____
 e-mail: _____
 Data: / /

PEDIDO DE NÚMEROS ATRASADOS**VALOR DO NÚMERO ATRASADO:** R\$ 20,00

Quantidade	Edição	Ano
	Primavera	
	Outono	

VENDA AVULSA EM BANCAS: R\$ 20,00**FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento deverá ser feito sob a forma de depósito no Banco do Brasil:
 Agência 0308-5 C/C 52038-1
 Informe a confirmação do pagamento via e-mail: cpe@facesm.br

 Assinatura

OBS: A assinatura da Revista CERECFacesm poderá ser feita diretamente pelo site: www.facesm.br.

PUBLICAÇÃO ACADÊMICA DO CEREC/FACESM

Edição impressa com papel couché fosco RIPASA 90g para o miolo e papel couché fosco RIPASA 230g para a capa.